

# Os Portugueses e o Ambiente

## 1º Inquérito Nacional

Relatório Final

Coordenação:

João Ferreira de Almeida

**Responsáveis pelos apuramentos parciais:**

Aida Valadas de Lima

Ana Cristina Ferreira

Joaquim Gil Nave

José Luís Casanova

José Luís Garcia

Luísa Schmidt

O programa Observa é a designação genérica de um observatório permanente sobre Ambiente, Sociedade e Opinião Pública, criado pelo ISCTE e pelo ICS – instituições universitárias com competências científicas na investigação da sociedade – tendo por base um protocolo de cooperação estabelecido pelo Programa Operacional do Ambiente.

Este é o 1º inquérito nacional sobre os **Portugueses e o Ambiente** e constitui o eixo central do programa OBSERVA.

O **objectivo** do inquérito é determinar a configuração das **representações sociais, atitudes, opiniões e expectativas dos diferentes estratos da população portuguesa**, a partir de um vasto leque de questões relativas à protecção do ambiente, conservação da Natureza e outras áreas do foro ambiental que se colocam hoje ao país. Essas questões levarão em conta a acentuada diversidade da sociedade portuguesa e as dinâmicas que a percorrem, sendo analisadas por referência a variáveis socio-culturais, económicas e geográficas. Há ainda a preocupação de produzir informação comparativa com outros países, designadamente europeus, sempre que isso seja relevante e possível.

A execução do inquérito a cargo do Instituto Nacional de Estatística ocorreu nos meses de Setembro e Outubro de 1997.

Equipa de investigadores:

Alexandra Figueiredo

Catarina Lorga

Gisela Matos

Pedro Barata

Ana Horta

Elsa Coimbra

João Pinheiro

Susana Valente

A divulgação pública total ou parcial da informação deste relatório, está sujeita às regras e legislação em vigor a respeito de direitos de autoria intelectual. Nomeadamente, a utilização parcial de informação ou de partes do texto em publicações, relatórios ou comunicações deve ser objecto de referência explícita da fonte de acordo com as normas habituais de citação bibliográfica.

## METODOLOGIA E AMOSTRA

### 1. Ficha Técnica

O inquérito por questionário que está na base desta análise foi realizado pela equipa do OBSERVA e aplicado pelo Instituto Nacional de Estatística, organismo que elaborou também o desenho de uma amostra probabilística.

A população-alvo do inquérito foram os Portugueses maiores de 15 anos, residentes em alojamentos familiares, sendo que os indivíduos inquiridos representam proporcionalmente quatro escalões etários: 15-24 anos; 24-49 anos; 50-64 anos; 65 anos e mais.

Distribuição por sexos a reflectir a realidade nacional (50 e poucos % feminino e 40 e muitos masculino).

A dimensão total da amostra é de 2450 inquiridos, distribuídos pelas sete regiões constitutivas das NUTS II, de molde a assegurar a representatividade estatística quer a nível Nacional (com um erro de cerca de 5%), quer face à Grande Lisboa e Península de Setúbal (com um erro aproximadamente de 10%) e também ao Grande Porto (erro aproximadamente de 10%, igualmente).

A distribuição do número de inquiridos pelas NUTS II é a seguinte:

<b>Norte</b>	<b>876</b>
- Grande Porto	384
<b>Centro</b>	<b>338</b>
<b>Lisboa e Vale do Tejo</b>	<b>807</b>
- Grande Lisboa e Península de Setúbal	573
<b>Alentejo</b>	<b>119</b>
<b>Algarve</b>	<b>87</b>
<b>Região Autónoma dos Açores</b>	<b>105</b>
Região Autónoma da Madeira	118

### 2. Elementos de Caracterização da Amostra

#### a) Nível Nacional (continente e ilhas)

As características dos inquiridos representam alguns dos traços conhecidos da sociedade portuguesa actual em termos da sua composição social e das suas orientações políticas e religiosas: escolarizações pouco prolongadas e persistência do analfabetismo, prevalência do sector do 'comércio e serviços' ainda que a par de um peso relativamente

marcado da ‘agricultura e pescas’, uma orientação predominantemente religiosa e católica onde assumem preponderância os não-praticantes, e um autoposicionamento político diversificado em que predomina o centro-esquerda.

b) Comparação Grande Lisboa e Península de Setúbal <sup>1</sup> e Grande Porto

Na Grande Lisboa e Península de Setúbal temos escolarizações mais prolongadas, e maiores pesos das profissões técnicas e intelectuais, e do sector do ‘comércio e serviços’ do que no Grande Porto. Por seu lado, no Grande Porto temos uma presença maior da indústria, da agricultura e pescas, e das profissões operárias e artesanais. Na Grande Lisboa e Península de Setúbal tem maior peso o centro-esquerda, em termos de autoposicionamento político, e no Grande Porto é maior a proporção de católicos praticantes.

---

<sup>1</sup> Quando se referir Grande Lisboa (GR. Lisboa) quer dizer-se grande Lisboa e Península de Setúbal.

## **REPRESENTAÇÕES E VALORES SOBRE A NATUREZA E O AMBIENTE**

### **1. Introdução**

São, fundamentalmente, três as questões que servem de base à análise desta secção: duas questões abertas sobre a natureza e o ambiente - “Quando se fala de natureza, do que é que se lembra?”; “Quando se fala de ambiente, o que é que isso significa para si?” e, uma questão, apresentada numa escala de grau de concordância relativamente às relações Homem/Natureza.

Esta primeira análise exploratória, aplicada, por ora, apenas ao nível nacional, estrutura-se em quatro partes:

Na primeira parte, apresentam-se os resultados da análise das respostas dos portugueses inquiridos quando evocam a natureza, visando captar as principais dimensões da(s) respectiva(s) representação(ões).

Na segunda parte, aplicando uma análise semelhante, procura-se destrinçar grandes eixos de percepção do termo ambiente.

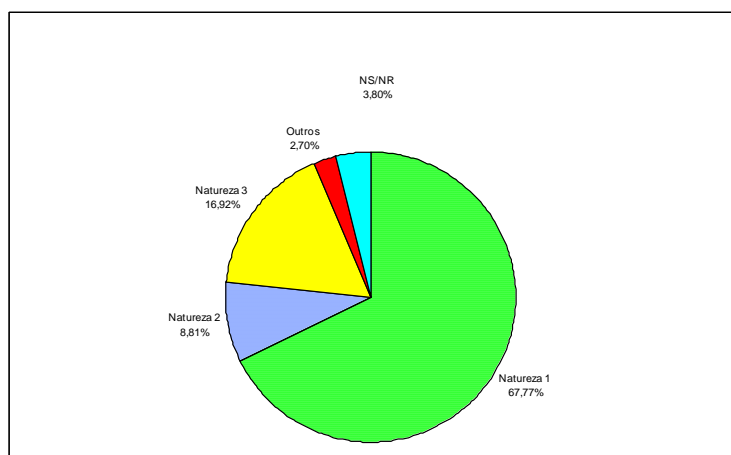
Na terceira parte, analisa-se em que medida, e como, a noção de ambiente se autonomiza de uma noção, mais restritiva, de natureza.

Na quarta e última parte, procede-se a uma análise exploratória dos resultados relativos ao grau de concordância com um conjunto de afirmações sobre a relação dos inquiridos com a Natureza.

### **2. As representações da Natureza**

A natureza surge para os portugueses inquiridos, massivamente, definida pelos “objectos” que a compõem. No Gráfico 1 sintetizam-se os resultados obtidos.

Gráfico 1



Destacam-se três grandes dimensões de percepção/representação da natureza:

- 1) Uma dimensão caracterizada por elementos onde predomina o verde (vegetais, campo, espaços verdes, etc.) – 67,7% do total das respostas;
- 2) Uma dimensão mais abstracta que apela para sensações, valores, práticas e vivências pessoais tais como, a calma, a liberdade, expressando uma relação subjectiva com a natureza – cerca de 17% do total das respostas;
- 3) Uma dimensão de intervenção humana que contém uma visão pela negativa da natureza, associada à sua deterioração e/ou degradação (poluição, cidade e urbanismo) – cerca de 9% do total das respostas.

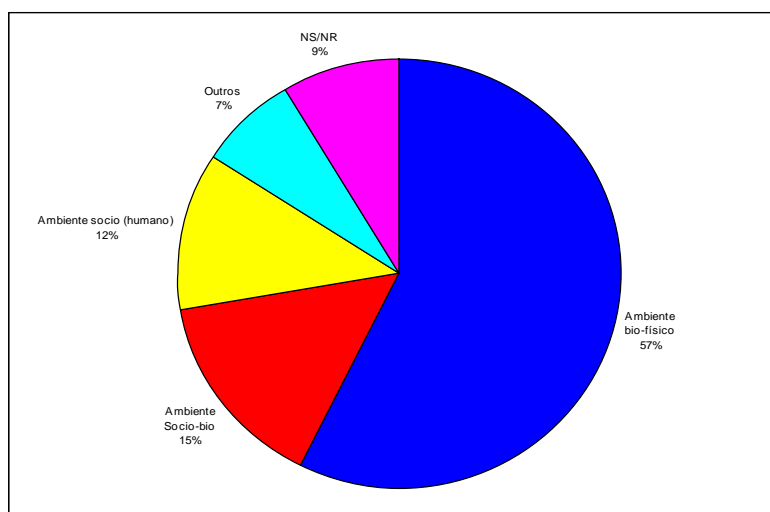
Poder-se-á concluir que a natureza é, maioritariamente, percebida de forma positiva, em contraste com o ambiente cuja percepção é mais negativa, como iremos ver. Acresce que se trata de uma representação mais objectiva e biocêntrica, no sentido em que a natureza é, sobretudo, representada pelos “objectos” que a compõem: flora, fauna, água, ar e outros elementos meteorológicos ou, ainda, uma perspectiva que se traduz por respostas que contêm estes elementos agregados, o campo e a sua organização, indiciadora, nestes dois últimos casos, de uma referência a paisagem. O ambiente, como veremos, é percebido, sobretudo, sob uma perspectiva subjectiva e antropocêntrica e muito menos sob uma perspectiva objectiva e biocêntrica ou sob uma perspectiva tecnocêntrica

### 3. As representações do Ambiente

De que se lembram os inquiridos quando evocam o ambiente? O termo ambiente construído a partir do sincretismo de termos oriundos de três esferas produtoras de saber nesta matéria – a ciência, os *media* e o senso comum, apesar de ser utilizado há cerca de vinte anos, denota acentuada fluidez e é suficientemente vago e ambíguo para se prestar a todas as interpretações possíveis. A largueza semântica da noção de ambiente traduz, no fundo, uma negociação social permanente sobre as fronteiras entre espaço público e espaço privado, cultura e natureza, lógica técnica e lógica do “vivo”. Numa palavra, traduz uma negociação social em torno dos valores que instituem o tema do ambiente para além do seu carácter propriamente técnico.

No Gráfico 2 sintetizam-se os resultados de uma primeira análise das respostas, visando destriçar três grandes eixos de percepção do termo ambiente: ambiente social (humano), ambiente bio-físico e ambiente socio-bio-físico.

Gráfico 2



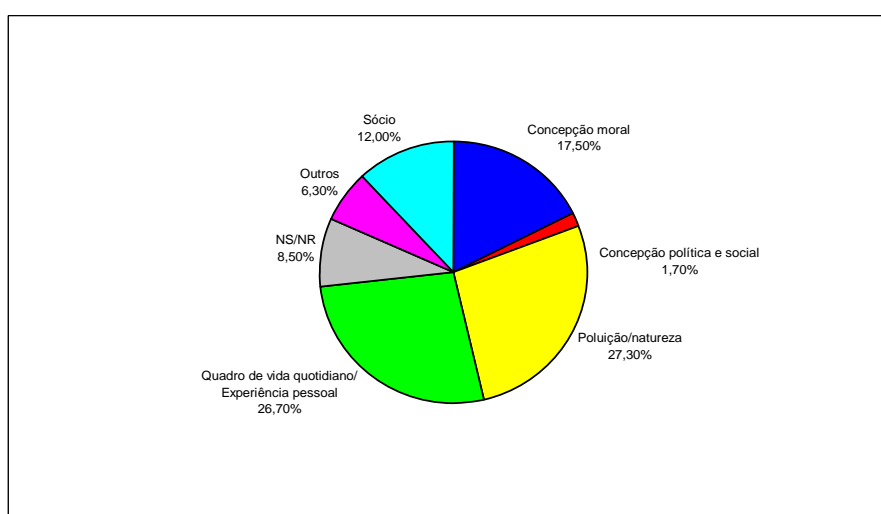
Reafirmando a ambiguidade relativa ao conceito, para 12% das respostas o termo ambiente surge associado a ambiente social e humano (“convívio”, “amizade”, “boas relações familiares”, “vizinhança”, etc.). Para mais de metade das respostas (57,3%) o termo ambiente surge como uma dimensão bio-física (“árvores”, “elementos meteorológicos”, “animais”, etc.). A concepção mais lata de ambiente, que

designámos por socio-bio-físico, colhe cerca de 15% do total das respostas (“relação entre Homem/Natureza”, “o que nos rodeia”, “o sítio onde vivo”, etc.).

O passo seguinte conduziu-nos à construção de duas outras grelhas de análise, aplicadas exclusivamente ao subconjunto (largamente maioritário) das respostas localizadas nas dimensões bio-físicas e socio-bio-físicas da noção de ambiente.

No Gráfico 3 sintetizam-se os resultados da análise que reagrupou as respostas em quatro grandes grupos:

Gráfico 3

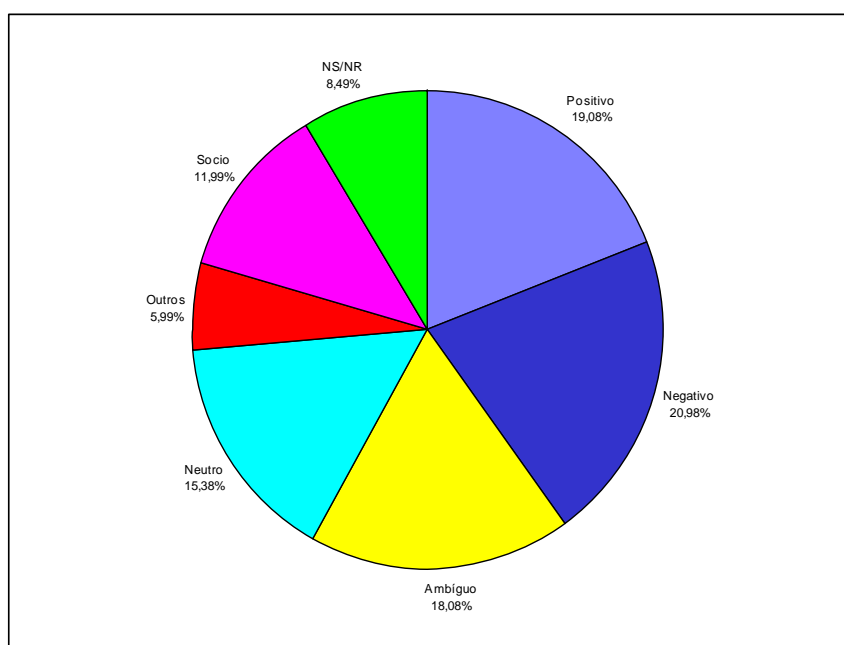


- 1) Uma concepção moral e ética do ambiente que agrega noções de conservação, equilíbrio/harmonia, valorização abstracta, respeito, vida, etc. – 17,5% do total das respostas;
- 2) Uma concepção política e social que agrega termos como participação, civismo, informação, ordem/organização, responsabilidade/irresponsabilidade, etc. – 1,7% do total das respostas;
- 3) Uma concepção de ambiente como poluição e natureza que agrega termos como poluição, fauna, flora, espécies, natureza, água, ar, etc. – 23,3% do total das respostas;
- 4) Uma concepção do ambiente como o ambiente do quadro de vida quotidiano e da experiência pessoal, agregando termos como limpo/sujo, espaço, saúde/saudável, espaços verdes, higiene, ruído, odores, alimentação, bem-estar, qualidade de vida, etc. – 26,7% do total das respostas.

Podemos concluir pela importância percentual das categorias “ambiente do quadro de vida quotidiano e da experiência pessoal” e “ poluição e natureza”. O ambiente para os portugueses inquiridos parece ser, sobretudo, o ambiente que lhes está próximo indiciando, nalguns casos, a inventariação do que lhes falta em termos de qualidade de vida. O ambiente conceptualizado em termos de civismo, informação, cidadania, responsabilização, isto é, numa acepção política e social, não estando totalmente ausente, é residual.

No Gráfico 4 apresentam-se os resultados da análise que agrupou as respostas em quatro categorias, definidas a partir das conotações associadas à noção de ambiente:

Gráfico 4



- 1) Uma positiva que compreende as conotações positivas explícitas à noção de ambiente (calma, silêncio, odores agradáveis, limpeza, campo, etc.) - 19,1% do total das respostas;
- 2) Uma negativa que compreende as conotações negativas explícitas associadas à noção de ambiente (sujidade, odores desagradáveis, toxicidade, poluição, etc.) – 21% do total das respostas;
- 3) Uma ambígua que compreende as conotações que, embora apelando para uma ideia de positivo, fazem-no tendo por referência a “situação presente negativa” (“o ambiente não devia estar poluído”). Esta categoria contém, assim, uma noção de risco de poluição, degradação, enfim, uma noção implícita e não explícita de ameaça – 18,1% do total das respostas;

- 4) Uma neutra que compreende afirmações sem conotações – 15,4% das respostas.

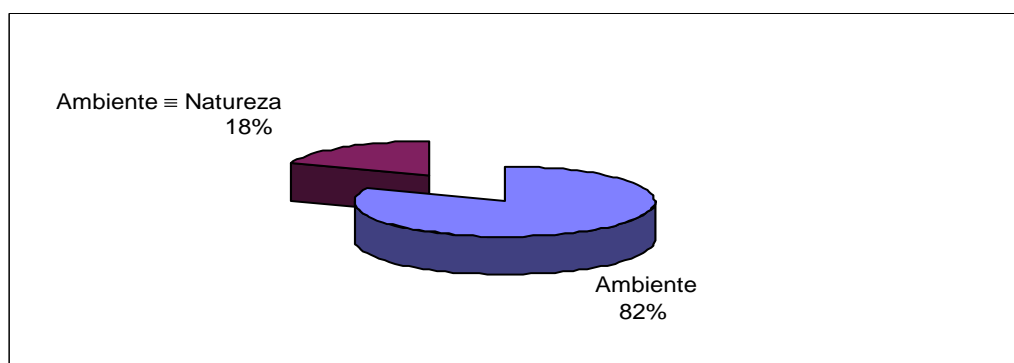
Podemos concluir, agregando as categorias negativa e ambígua (39,1% do total das respostas), que um número expressivo dos portugueses inquiridos manifestam, já, uma opinião negativa, ou mesmo de risco, do ambiente.

#### 4. Ambiente e Natureza

Frequentemente, quer na linguagem comum quer, por vezes, na linguagem científica as noções de natureza e de ambiente surgem confundidas. Um dos objectivos da análise que se segue será, justamente, face a duas questões formuladas uma a seguir à outra e de resposta espontânea, analisar em que medida, e como, a noção de ambiente se está a autonomizar de uma noção, digamos assim, mais restritiva, da natureza.

Numa primeira acepção de uma concepção objectiva e biocêntrica do ambiente, o ambiente é assimilado a natureza ou, mais precisamente, a uma lista de “objectos naturais”. Objectos estes referenciados enquanto elementos isolados: organismos vivos (vegetais, animais); recursos não vivos (energia e matérias-primas); meios (hidrosfera e atmosfera); ecossistemas, espaços geográficos e toda a biosfera (o ecossistema “Terra”). Isto é, um conjunto de elementos isolados da escala mais particular à mais geral.

Gráfico 5



Aplicando esta grelha (Gráfico 5) às respostas relativas ao ambiente (bio-físico e socio-bio-físico) chegamos à conclusão que em 18% das respostas ambiente e natureza aparecem como sinónimos, sem uma dimensão relacional com a esfera societal nem, tão pouco, com uma dimensão relacional dos elementos naturais entre si. Isolámos, assim, o

peso percentual da perspectiva objectiva e biocêntrica do ambiente nas respostas dos portugueses inquiridos.

Como principais conclusões das análises, até aqui apresentadas, destacaremos as seguintes:

A evocação da natureza remeteu, maioritariamente, para uma noção de vegetal, de verde, à qual surge associada uma conotação positiva. Por seu turno, a evocação do ambiente acantonou-se, em termos percentuais, por um lado, às noções de quadro de vida quotidiano e de experiência e de poluição e natureza e, por outro lado, a uma avaliação, explícita ou implícita, negativa ou de ameaça.

A percepção do ambiente como ambiente social e humano representa 12% do total das respostas. A assimilação do termo ambiente a natureza representa, por sua vez, 18% das respostas. Para uma franja, ainda, expressiva dos portugueses inquiridos a noção de ambiente é socio-centrada ou objectiva e biocêntrica.

## **5. As relações com a Natureza**

A partir da análise do grau de concordância dos inquiridos acerca de um conjunto de afirmações sobre as relações com a Natureza, procurar-se-ão identificar as principais dimensões que dão conta da dispersão das respostas da amostra do País.

Dado que as variáveis originais se encontravam em escala, admitindo, portanto, ser tratadas como quantitativas, efectuou-se uma Análise em Componentes Principais, a partir da qual se extraíram dois factores que, na sua globalidade, explicam 55% da variação total. O primeiro factor, ao qual está associado cerca de 28% da dispersão, é composto pelas variáveis/afirmações “a espécie humana é uma entre muitas outras espécies do planeta, devendo viver com elas uma relação de interdependência”; “a preservação da natureza para as gerações futuras implica algumas restrições às gerações presentes”; “a modificação do ambiente pelo Homem para seu exclusivo benefício causa graves problemas”. Não será abusivo designá-lo por “ecocentrismo”.

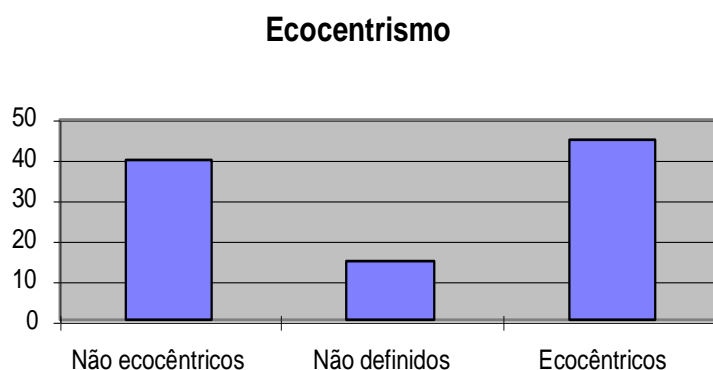
Entendemos por “ecocentrismo” uma perspectiva, de alguma forma traduzida pelas variáveis acima, que apela para uma concepção de relação mútua entre acção humana e natureza e ambiente, na esteira, aliás, dos pressupostos do Novo Paradigma Ecológico, *NEP*, (Dunlap e Catton, 1980).

O segundo factor explica cerca de 27% da variação global e defini-se pelas variáveis/afirmações “o Homem tem o direito de intervir livremente na natureza com

vista à satisfação das suas necessidades”; “a natureza estará sempre em equilíbrio, independentemente da acção do Homem”. Definiu-se, então, o factor como “antropocentrismo”, no sentido em que as variáveis/afirmações, de alguma forma, ilustram os princípios do Paradigma da Excepcionalidade Humana, *HEP*, (Dunlap e Catton, 1980).

A recodificação dos scores factoriais dos indivíduos permitiu distribuir a amostra por três grupos, segundo o factor “ecocentrismo”: “não ecocêntricos”, os que assumem valores negativos; “indefinidos”, os que obtêm valores perto do zero; “ecocêntricos”, os que apresentam scores factoriais positivos.

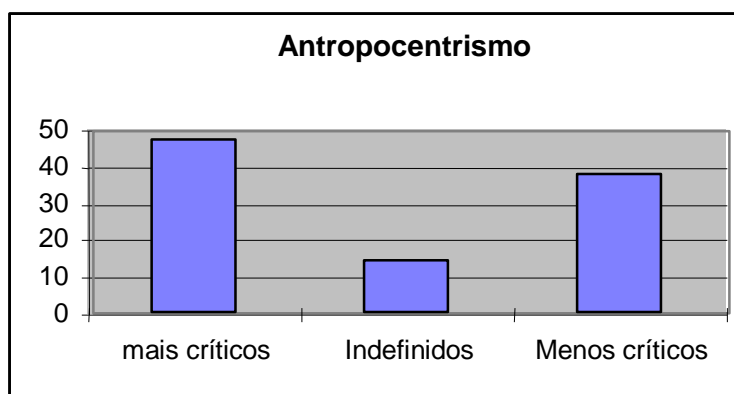
Gráfico 6



Desenham-se dois grupos de peso percentual quase igual: “ecocêntricos” – 45,1% e “não ecocêntricos” – 40,1% do total dos inquiridos.

A recodificação dos scores factoriais dos indivíduos em três grupos, segundo o factor “antropocentrismo”, seguindo metodologia semelhante à aplicada ao primeiro factor, conduziu-nos aos seguintes resultados:

Gráfico 7



Definem-se dois grupos: o grupo dos indivíduos mais críticos para com a acção humana sobre a natureza – 47,4% e o grupo dos menos críticos para com a acção humana sobre a natureza, ou mais antropocêntricos, - 37,8% do total dos indivíduos.

Desta análise exploratória da distribuição da amostra pelos factores “ecocentrismo” e “antropocentrismo” podemos, provisoriamente, concluir que cerca de 15% do total dos inquiridos não se definem face a nenhum dos dois factores. Segundo este método, trata-se de indivíduos cujas respostas são contraditórias.

A partição pelos dois grupos, percentualmente maioritários, em cada factor indicará uma posição não extremada entre visões mais antropocêntricas e visões mais ecocêntricas. Numa palavra, podemos colocar a hipótese, tributária do contexto socio-económico português e do seu passado recente agrícola e rural, marcado pelo predomínio de uma agricultura tradicional e pela consequente relativa preservação do “mundo” rural, de que os portugueses inquiridos têm uma concepção da sua relação com a Natureza e com o Ambiente não fundamentalmente marcada por uma representação da Natureza enquanto vítima. Esta concepção é, como sabemos, mais vincada entre a população dos países mais desenvolvidos e, nas suas versões mais radicais, conducente a uma franja maior ou menor, de radicalismo ecológico.

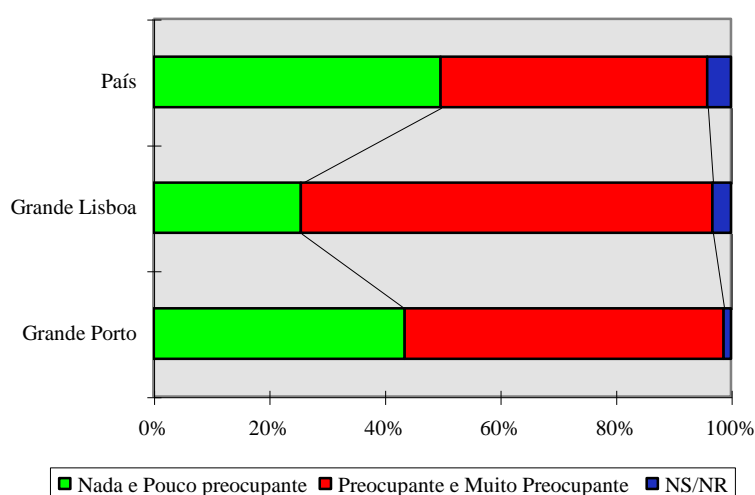
## PAÍS: PERCEPÇÃO, RETRATO E DESEJO

### 1. A percepção da qualidade ambiental

a) Quando se pergunta aos portugueses como é que **classificam o estado do Ambiente hoje**, as respostas revelam um elevado grau de preocupação - seja relativamente ao ambiente da **região** onde vivem, seja do **país** em geral, seja da **União Europeia** ou do **mundo**. Contudo, as opiniões negativas tendem a acentuar-se à medida que o contexto geográfico se afasta da escala local para a mais geral. Isto é, enquanto cerca de 46% dos portugueses avaliam negativamente a região onde residem - considerando aí o estado do ambiente preocupante ou muito preocupante - já em relação ao país, são 81% os que classificam o estado do ambiente preocupante ou muito preocupante e, se passarmos para a escala mundial, este número sobe para 83%. **São sempre os mais escolarizados e os mais novos que mais se preocupam.**

Em termos geográficos, os habitantes do Alentejo estão menos preocupados com o ambiente em que vivem do que a média dos habitantes do resto do país; em contrapartida, os da **AML (Área Metropolitana de Lisboa)** são os mais inquietos com o ambiente da sua região, com o qual 71% estão preocupados ou muito preocupados (Gráfico1).

Gráfico 1 - O estado do ambiente na região



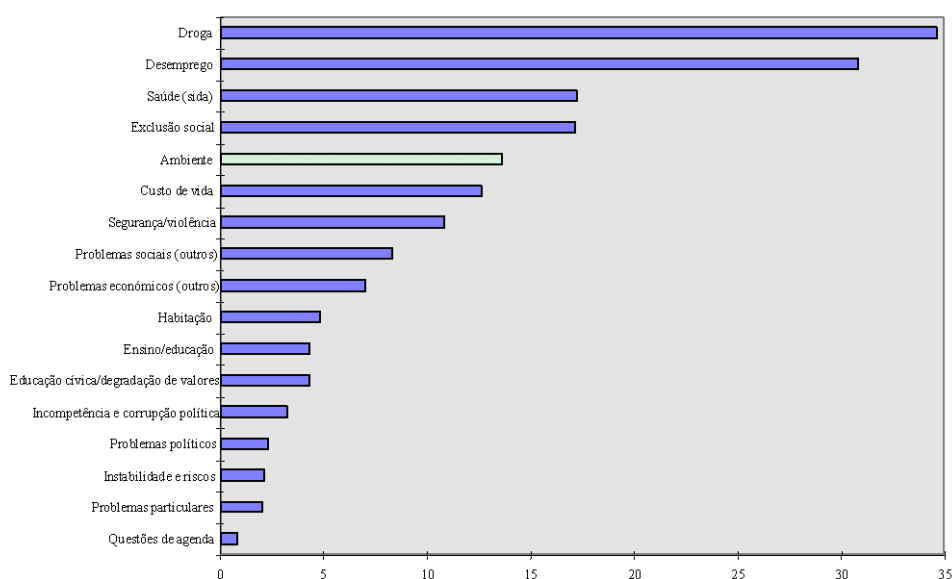
Se compararmos estes resultados com uma pergunta semelhante colocada no inquérito GALLUP realizado em 1992, verificamos que o **pessimismo aumentou**. Há cinco anos atrás os portugueses faziam uma avaliação muito mais benigna do ambiente: enquanto em 1992 cerca de 67% classificavam positivamente o estado do ambiente na

sua região, em 1997 esse número desceu para metade (50%). Estes factos poderão indiciar eventualmente uma maior consciência ou vivência dos problemas ambientais locais, mas o que significarão por certo é um **recentramento das preocupações ambientais em relação ao território nacional**.

É certo que, na hierarquia geográfica das preocupações ambientais dos portugueses, prevalecem os locais e as “coisas” mais distantes - o Mundo, o acidente nuclear de Chernobyl, o buraco do ozono - mas, em termos comparativos, verifica-se uma inequívoca tendência para a aproximação geográfica dos problemas ambientais no país, como se de uma novidade quotidiana subitamente se tratasse. Isto é, na geografia subjectiva do ambiente, a escala é enorme, mas a noção de legibilidade parece aproximar-se cartograficamente - o que indicia também que o “analfabetismo” da percepção (não o do conhecimento) tende a mudar.

b) Ao apontar quais os **dois problemas do país que mais os preocupam de momento**, os portugueses respondem o “esperado”: acima de tudo, a **droga** (34,7%) e o **desemprego** (30,9%); de seguida a saúde (17,3%) e, nesta, em grande parte o problema da SIDA; depois a exclusão social (17,2%) (“fome”, “pobreza”, “miséria”), e o custo de vida (12,7%) (baixos salários, ínfimas reformas, altos preços) (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Problemas mais graves do país que mais preocupam os portugueses



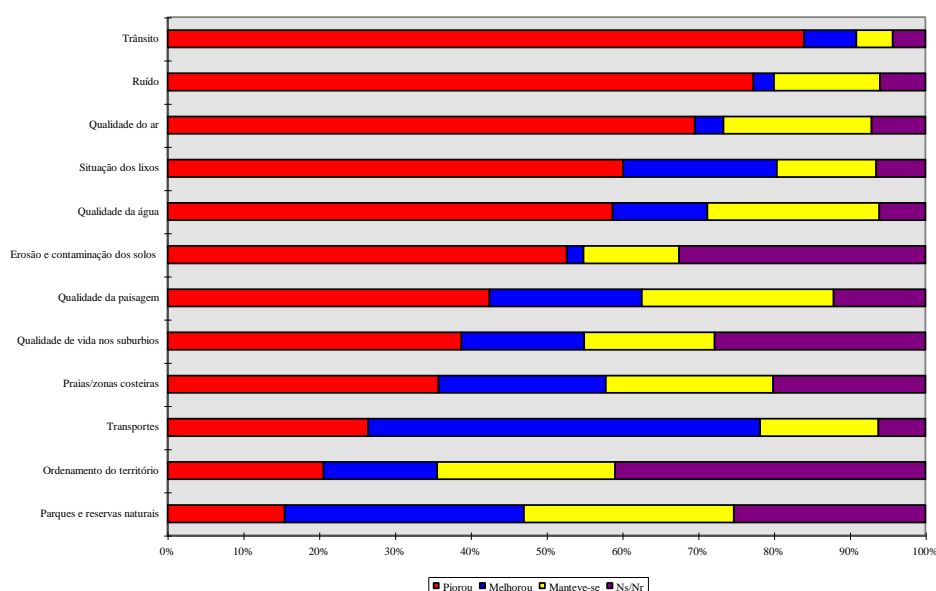
Mas o mais “inesperado” é que, **no ranking dos problemas mais referidos, aparece o “ambiente” em quinto lugar**: 13,7% dos portugueses dizem que um dos dois

principais problemas do país é o ambiente, sobretudo a poluição, a degradação geral e o desordenamento do território com destaque para o trânsito e caos urbano.

O ambiente constitui pois uma categoria de preocupação significativa, sobretudo para os mais jovens ( dos 15-23 anos), os estudantes, as pessoas que têm o ensino superior e/ou secundário e ainda para os quadros superiores.

Ao fazer o balanço relativamente aos últimos 10 anos, a maioria dos portugueses acha que quase todos os problemas ambientais pioraram, mas acima de tudo piorou o **“trânsito”**, o **“ruído”** e a **“qualidade do ar”** - três aspectos de poluição urbana associados entre si, e ainda mais sublinhados para o caso dos habitantes da Grande Lisboa. Logo a seguir piorou muito a **“situação dos lixos”**, a **“qualidade da água”**(Gráfico3).

Gráfico 3 - Evolução dos problemas ambientais nos últimos 10-15 anos



O único aspecto que a maioria dos portugueses considera que melhorou mais do que piorou nos últimos 10/15 anos foram os **“transportes”**, embora tal não se verifique para os habitantes das Grandes Lisboa e Porto.

De resto - **“qualidade da paisagem”**, **“ordenamento do território”**, **“praias/zonas costeiras”**, **“qualidade de vida nos subúrbios”** - na opinião dos portugueses, tendem mais a piorar que a melhorar. Muito embora estes aspectos, juntamente com o problema da **“erosão dos solos”** e com os **“parques e reservas naturais”**, apresentem enormes percentagens de “não sabe/não responde”. O *record* de

desconhecimento nacional pertence ao **“ordenamento do território”** - cerca de 40% dos portugueses, pura e simplesmente, desconhecerá a expressão - o que no momento em que se aproxima a discussão pública da LBOT (Lei de Bases do Ordenamento do Território) se revela gravoso.

Quanto à evolução do **futuro ambiental do país** nos próximos 10-15 anos, a maior parte (45%) dos portugueses pensa que vai piorar, 25% acha que vai melhorar e 19% acha que a situação se vai manter. A situação dramatiza-se mais quando se imagina a **evolução do ambiente no mundo**: a maioria dos portugueses (57%) considera que ele irá piorar nos próximos 10-15 anos, e apenas 17% crê que melhorará. O pessimismo face ao futuro, tanto do país como do mundo, surge mais vincado entre os grupos etários mais baixos e entre os estudantes, bem como para os residentes da Grande Lisboa.

c) Quando confrontados com a **influência da adesão à UE nas questões ambientais nacionais**, apenas um terço dos inquiridos (33%) a considera positiva. Quase outro terço dos portugueses (26.5%) considera que a adesão à UE não trouxe qualquer influência para o estado do ambiente nacional, e outro terço ainda, pura e simplesmente, não sabe responder (33,5%). Estes factos revelam **um grande desconhecimento por parte da maioria da população (63%) sobre a importância do impulso externo da EU**, tanto na alteração do quadro jurídico português, como através dos fundos europeus com os investimentos vocacionados para a qualificação ambiental do país.

## 2. O retrato ambiental do país

O problema ambiental considerado actualmente mais impressionante na realidade nacional são os **“incêndios florestais”**, que 74% da população inquirida considera muito graves. Seguem-se os **“esgotos das cidades sem tratamento”** (61%), os **“lixos industriais”** (60%), a par da **“poluição dos rios”** (59%), remetendo ambos para um universo de poluição fabril. Já o **“uso de pesticidas e agro-químicos”** é um problema ligeiramente menos dramatizado pelos portugueses.

Tudo sinais indicativos de uma sensibilidade rural que prevalece e de um atraso estrutural onde faltam coisas tão elementares como os esgotos. As necessidades básicas contribuem ainda em grande parte para preencher uma boa fatia da nossa preocupação ecológica.

Quando se trata de apontar as **causas principais para a poluição das águas**, os inquiridos colocam acima de tudo as “descargas das indústrias” (33%); só bastante mais abaixo vem o “uso dos pesticidas” (17%) e a “má qualidade dos esgotos” (15%).

E quando se solicita para imaginarem que **os resíduos de uma fábrica estão a contaminar um rio próximo**, optam pela medida mais radical: 52% pensa que “**a fábrica deve ser multada e impedida de funcionar até ter resolvido o problema**”, 22% acham que “a fábrica deve ir sendo multada até ter resolvido o problema” mas sem fechar, e só 19% aceitam que “a fábrica deve apenas ser alertada para resolver o problema” (Quadro 1).

Quadro 1 - Se os resíduos de uma fábrica começarem a contaminar um rio próximo...(%)

	PAÍS	GR.LISBO A	GR.PORT O
A fábrica deve ser alertada para resolver o problema	19,3	11,7	12,8
A fábrica deve ir sendo multada até ter resolvido o problema	22,1	22,9	23,7
<b>A fábrica deve ser multada e impedida de funcionar até ter resolvido o problema</b>	<b>52,2</b>	<b>59,5</b>	<b>58,6</b>
Não sabe/Não responde	6,4	5,9	5

Se equacionarmos estes resultados, obtemos o retrato de um país cujos habitantes sentem **poluído em todos os seus elementos: águas, solos e ares**. Os “algozes” mais apontados para este mau ambiente são a **poluição industrial**, os **esgotos urbanos** e o **caos do trânsito**; as “vítimas” - **florestas e rios** - reportam-se principalmente ao contexto rural. **Mas as alterações negativas mais sentidas nos últimos anos dizem respeito ao contexto urbano**, seja como imagem para uns, seja como vivência directa de outros - pois quem mais sublinha a desqualificação ambiental vive na área da Grande Lisboa.

**O *El Dorado* ambiental do país não se situa de facto nas grandes cidades**. Quando se pergunta aos portugueses **onde é que acham que se vive melhor em Portugal**, a maior parte indica o “**campo**” *tout court* (42%); bastante mais abaixo referem as “**cidades pequenas e vilas**” (24%), bem como as “**aldeias**” (21%). Apenas 7% menciona as “grandes cidades” e 4% a “praia” (Quadro 2).

Quadro 2 - Onde se vive melhor em Portugal (%)

	PAÍS	GR.LISBOA	GR.PORTO
--	------	-----------	----------

<b>Campo</b>	<b>41,5</b>	<b>39,79</b>	<b>39,1</b>
Praia	4,0	4,36	7,8
Cidades grandes	6,8	9,77	9,4
Cidades pequenas e vilas	23,6	27,05	21,9
Aldeias	20,8	15,2	18,5
Outra	0,7	1,2	1,0
Não sabe/Não responde	2,6	2,6	2,3

As **pequenas cidades e vilas** são em geral mais valorizadas até aos 35 anos, constituindo também a preferência dos mais escolarizados (46% dos que possuem ensino superior) e das pessoas que exercem profissões técnicas, intelectuais e científicas. Talvez tenha chegado o momento de descentralizar, passando à prática a ideia das cidades de média dimensão... Já a preferência explícita pelas aldeias, aumenta com a descida da escolaridade e com a subida da idade: perto da reforma colocam-na em segundo lugar, logo a seguir ao campo.

Mas quando se pergunta especificamente **“onde é que existe melhor ambiente em Portugal”**, espontaneamente, e de forma esmagadora, referem de novo o **“campo”**- como conceito abstracto remetido para um **país interior, rural e aldeão**. Aí não entram quase as cidades (a não ser para 1,1%) nem sequer as vilas e pequenas cidades (0,9%); entram para alguns as serras (7%) e entra qualquer coisa que se manifesta numa espécie de **sentimento anti-urbano e anti-industrial**: cerca de 4% da população, em vez de especificar uma zona ou um local, define o melhor ambiente por oposição, situando-o apenas em qualquer sítio onde não haja sinais urbanos, de confusão e de mundo industrializado. Finalmente a ideia de remeter o melhor ambiente para os parques e reservas naturais e/ou serras, apesar de pouco referida (10%), é escolhida dominantemente pelos mais novos, estudantes e os licenciados.

Mas quando concretizam os locais com melhor ambiente, o **“coração verde” dos portugueses pende mais para o Alentejo**: cerca de 11% dos inquiridos diz que é no **Alentejo que há melhor ambiente**. Em seguida o “coração verde” português balança também para os lados de **Trás-os-Montes**, vindo depois o **Minho** e o **Gerês** - um dos locais específicos mais citados. Também a Serra da Estrela recolhe algum peso como lugar ambientalmente saudável; vem depois o Algarve e por fim as Beiras, ainda menos citadas. Contudo, se o *El Dorado* ambiental se localiza no Alentejo, as regiões menos

cotadas pelos portugueses são a Estremadura o Ribatejo e a Beira Litoral. Quanto a Lisboa e Porto nem se fala; mesmo com o bairrismo local, os portugueses apercebem-se que o melhor ambiente não mora ali.

Deste conjunto de questões sobressaem alguns factos interessantes: em primeiro lugar, **as respostas são simétricas ao sentido dos movimentos migratórios**, isto é, os portugueses dizem que se vive melhor exactamente nos sítios de onde mais saem, o que por seu turno indicia uma espécie de sentimento repulsivo face às áreas para onde migram.

Em segundo lugar, sobressai, uma **incomodidade urbana ou sub-urbana**, leia-se um grande cansaço das condições de vida que as “metrópoles” e seus subúrbios hoje oferecem; apesar da migração rural/urbana, da emigração internacional, da integração europeia, do capitalismo liberal, **o eixo de valores prevalece assim tenazmente rural**.

O campo surge como **nostalgia** de um bem do que se perdeu para uns - nomeadamente para as gerações migrantes com uma memória rural ainda fresca, e surge também já como **requalificador social** para os sectores sociais intermédios, que querem a terra, ora como refúgio da “selva mecânica” urbana, ora como forma de afirmação social.

### 3. O país ambiental que se deseja

Um dos desejos mais sublinhados neste inquérito é uma maior **intervenção do Estado** nas questões ambientais. De facto, quando se pergunta aos portugueses quem pode contribuir para resolução dos problemas ambientais, três entidades merecem destaque: os “cidadãos individualmente” (16%), o “Ministério do Ambiente” (15,5%) e as “autarquias” (15%). Se é um facto de que muitos inquiridos já têm a noção da importância do seu contributo para a resolução dos problemas ambientais, agregando os resultados desta pergunta, verifica-se que **é dos poderes institucionais - acima de todo poder central (Ministério do Ambiente e do Governo) e poder local (autarquias) - que os portugueses esperam o contributo fundamental para resolver os problemas ambientais**. Em seguida, também já se apercebem da importância da acção da **sociedade civil** - mas nessa sociedade pontuam mais acções pessoais do que as colectivas, embora simpatizem e confiem bastante nas associações ambientalistas, como se vê noutra pergunta do inquérito.

Entre as acções que o governo pode tomar para resolver os problemas ambientais, apontam-se acima de tudo o **“apoio à educação ambiental”** e, em paridade, **“fazer leis de protecção ambiental mais rígidas”** para as actividades económicas, vindo logo a seguir a **“fiscalização séria do cumprimento dessas leis”**. Muito próximo ainda se destaca a **“proibição de venda de produtos que prejudiquem o ambiente”** e a necessidade de **“dar mais informação aos cidadãos”** (Quadro 3).

Quadro 3 - Acções que o Governo pode tomar para resolver os problemas do ambiente  
(%)

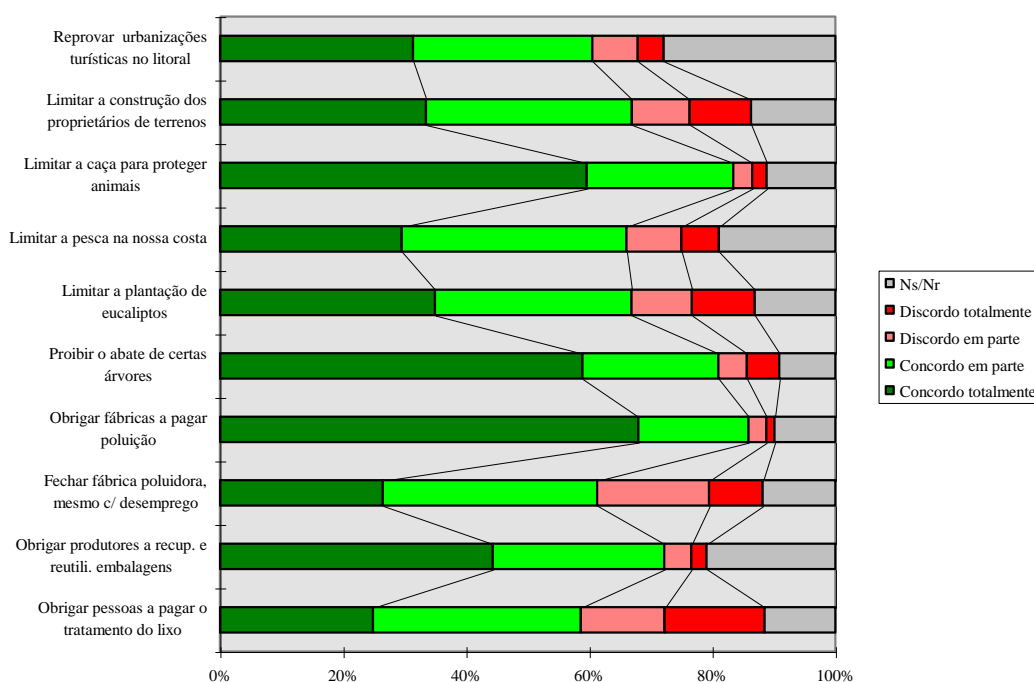
Fazer leis de protecção ambiental mais rígidas para o comércio, indústria e agricultura	14,3	<b>50,1</b>
Fiscalizar seriamente o cumprimento da legislação ambiental	14,2	
Multar claramente os prevaricadores às leis ambientais	9,6	
Proibir a venda de produtos que prejudicam o ambiente	12	
Apoiar a educação ambiental	15	<b>25</b>
Dar mais informação aos cidadãos	10	
Subsidiar as empresas que protegem o ambiente	7,6	<b>18,8</b>
Financiar as autarquias para projectos relativos ao ambiente	5,2	
Promover o desenvolvimento de novas tecnologias respeitadoras do ambiente	6	
NS/NR	6	

Assim, **para resolver os problemas ambientais, os portugueses desejam um Estado mais pedagógico, mas também juridicamente mais eficiente e fiscalizador das leis que emite.** Aliás, não é só para o ambiente que se quer maior intervenção. Em termos gerais, quando se pergunta aos portugueses até que ponto acham que o Estado deve, ou não, intervir na economia, a maior parte deles revela-se mais “estatista” do que “liberal”, concordando muito mais com a **intervenção do Estado para regular a actividade económica** do que em dar liberdade ao funcionamento do mercado.

Esta atitude geral **mais “estatista”** do que “liberal”, reforça-se quando se trata de medidas aplicadas ao ambiente. Quando se pergunta aos portugueses até que ponto querem que o Estado intervenha em diversas matérias que implicam questões ambientais, constata-se que o desejo de intervenção do poder central é enorme, seja para **restringir a construção, nomeadamente no litoral**, seja para **limitar a caça ou a pesca**, seja para

**impôr limites severos às eucaliptizações, ou para proibir o abate de certo tipo de árvores, seja ainda para obrigar as empresas a recuperar/reutilizar as embalagens e impedir as descargas poluentes por parte das fábricas (Gráfico 4).**

Gráfico 4 - Está de acordo que o Estado e as autarquias possam por razões ambientais...(%)



É certo que nesta propensão para o “intervencionismo ambiental”, se re-edita algo de familiar e ancestral nas relações de "amor e ódio" que os portugueses há décadas vão mantendo com o Estado - que consideram simultaneamente protector e traidor, culpado e salvador, e de quem esperam tudo para depois desconfiar. Mas o que ressalta bem claro é que os portugueses, como, aliás muitos outros europeus, já perceberam que o mercado - sendo mais assimétrico do que justo - não resolve as questões sociais e económicas e muito menos os problemas do ambiente e da defesa do "bem público" comum. Os portugueses podem ser mais “defensivos” do que “activos” no empenhamento ambiental que revelam, mas estão sem dúvida **mais afirmativos quanto à necessidade de garantir o seu direito ao ambiente e para isso contam com uma boa gestão pública e uma forte e eficiente intervenção do Estado.**

## INFORMAÇÃO E CULTURA AMBIENTAL

### 1. Introdução

Neste primeiro Inquérito de âmbito nacional às representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente incluiu-se um conjunto de questões destinadas a averiguar o grau de informação e conhecimento dos inquiridos sobre diversos temas ambientais relacionados com acontecimentos, problemas e debates públicos com diferente actualidade, dificuldade, impacte mediático, e pertinência quanto ao âmbito geográfico (local, nacional, global). Esta bateria de questões permitiu construir um indicador agregado destinado a servir de instrumento de medida e análise sobre a «cultura ambiental» dos inquiridos.

A noção de «cultura ambiental» seguida nesta primeira análise tem um sentido meramente descritivo e analítico:

- remete para um conjunto julgado pertinente de conhecimentos mínimos sobre problemas de ambiente que se consideram relativamente estabilizados e acessíveis a largos estratos da população;
- assume-se que esse conhecimento tende eventualmente a traduzir-se no exercício consciente de um leque mais ou menos diversificado de práticas quotidianas simples e recorrentes de respeito por princípios de protecção do ambiente;
- trata-se de uma espécie de «denominador comum» do conhecimento básico e do respeito pelo ambiente, obviamente difícil de quantificar com precisão, mas passível de qualificar como um revelador do «senso comum» sobre questões de ambiente ou um «grau zero» da informação sobre problemas ambientais nas condições da sociedade portuguesa.

### 2. A cultura ambiental dos portugueses: informação e conhecimento sobre questões ambientais

Entre as perguntas destinadas a averiguar o grau de informação e conhecimento dos inquiridos sobre questões de ambiente, duas tinham um carácter directo de teste, solicitando-se a escolha, entre cinco alternativas, da resposta mais adequada para a definição de Plano Director Municipal e da explicação julgada mais correcta para o aparecimento do buraco do ozono.

Apenas 23% dos inquiridos no País (30% na GLPS e 22% no GP) escolheram a resposta correcta sobre o aparecimento do buraco do ozono e apenas 26% (País) - 36% (GLPS) e 20% (GP) - acertou na definição adequada de PDM. Ou, como consta do Gráfico 1, cerca de 60% não acertou em qualquer resposta correcta e só 30% escolheu ao menos uma delas.

Quadro 1. Índice I - Nível I do índice de informação e conhecimento sobre questões ambientais

Explicação correcta para o aparecimento do buraco do ozono		Definição adequada de PDM					
		País		Grande Lisboa		Grande Porto	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Sim		9.4	13.7	15.4	14.1	7	14.7
Não		16.6	60.4	20.4	50.1	12.1	65.5
Total	N	2450		573		388	
	%	100		100		100	

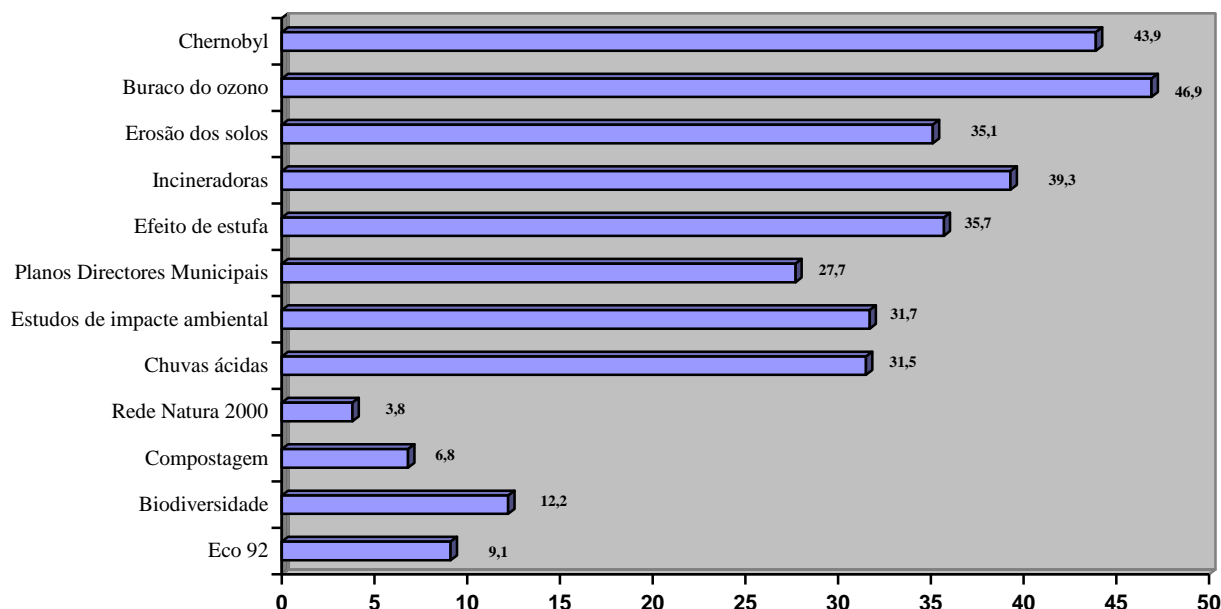
Numa outra pergunta apresentou-se uma lista de temas ou assuntos sobre questões de ambiente solicitando-se para cada um respostas entre «sei bem o que é/tenho conhecimento aproximado» e «já ouvi falar mas não sei o que é» ou «não sabe». Correndo embora o risco de alguma simplificação, poderá dizer-se (Ver Gráfico 2):

- que os inquiridos parecem ter mais conhecimento de questões de ambiente a que mais frequentemente se associam imagens de «ameaça» e «dramatização» sobre os seus efeitos nas condições de vida - «buraco do ozono», «acidente de Chernobyl», Incineradoras, Efeito de Estufa;

- seguem-se questões directamente relacionadas com a qualidade de vida pelos seus reflexos no ordenamento do território – caso dos PDM e EIA's;

- e sabem menos de questões que mais directamente remetem para esforços de carácter político ou técnico na procura de soluções para problemas ambientais de mais largo alcance quer no tempo e quer no espaço, como «Eco92», «Rede Natura 2000», «Compostagem», «Biodiversidade».

Gráfico 2



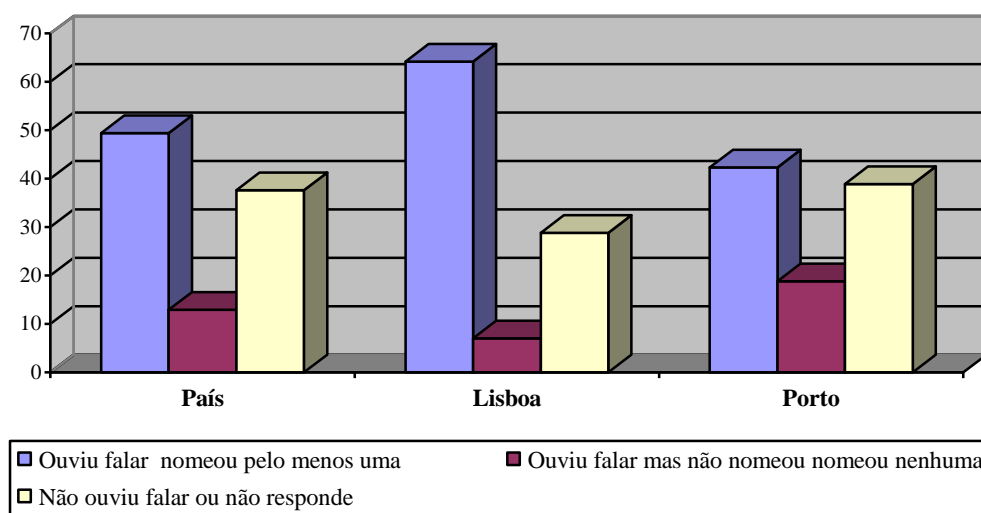
Uma outra forma de leitura destes resultados consiste em organizá-los em função do número de respostas positivas «sabe bem o que é» ou «tem um conhecimento aproximado». Encontramos, assim:

- um pequeno grupo de inquiridos que declaram um conhecimento efectivo ou aproximado das questões colocadas bastante assinalável, isto é com 10 a 12 respostas positivas;
- um segundo grupo com conhecimento que classificaríamos ainda de «médio-alto» com 6 a 9 respostas positivas;
- um terceiro grupo, de tamanho relativamente similar e que classificaríamos de «médio-baixo» com 2 a 5 respostas positivas.
- e finalmente um grupo maioritário que atinge no País 50% com 1 resposta positiva no máximo e que classificaríamos de conhecimento praticamente «nulo» sobre questões ambientais.

Uma outra questão dirigia-se ao reconhecimento da «existência de organizações e associações que trabalham na defesa do Ambiente» sabendo dizer o nome de uma

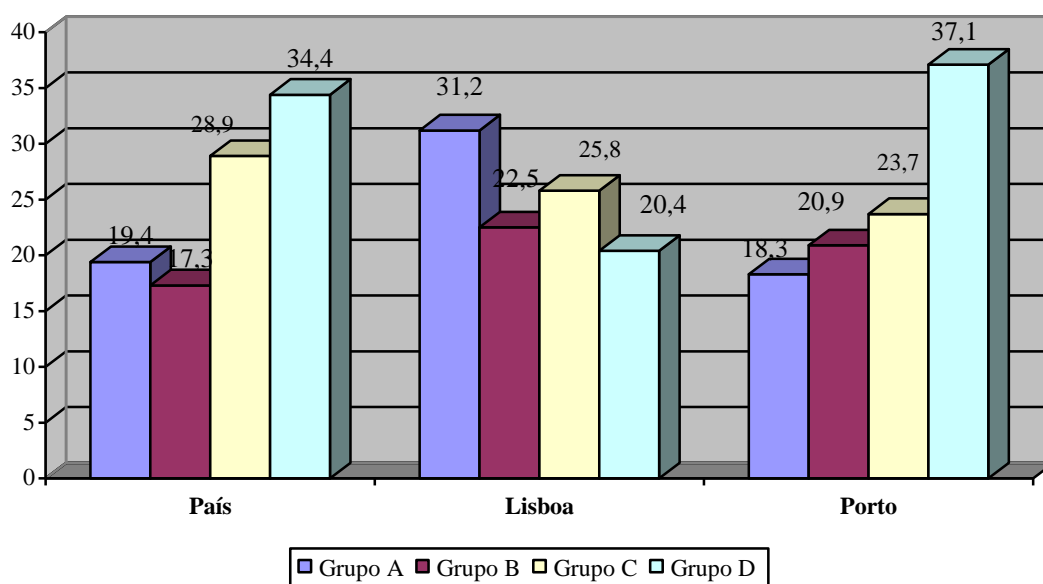
associação. Os resultados constam do Gráfico 3 e são bem mais positivos na GLPS do que na amostra do País, onde não chegam a metade os inquiridos capazes de dizer o nome de uma associação de defesa do ambiente.

Gráfico 3



A partir de uma análise integrada destas variáveis procedeu-se à construção de um indicador de medida do grau de informação e conhecimento sobre questões ambientais a que chamámos **índice de informação e conhecimento sobre questões de ambiente**, de que resultaram 4 Grupos. Numa primeira observação (Ver Gráfico 4), refira-se o grau generalizadamente baixo de informação e conhecimento sobre questões ambientais que se reflecte na distribuição dos Grupos do Índice e já evidenciado pela análise anterior. São, nomeadamente, muito elevadas percentagens dos Grupos C e D do Índice por comparação com os Grupos A e B. No entanto, no universo de inquiridos da Grande Lisboa e Península de Setúbal o indicador revela comparativamente melhores níveis de informação e conhecimento sobre questões de ambiente, resultado que já se verificava na análise por variável.

Gráfico 4



Além disso, os passos da construção do Índice e o próprio grau de exigência das variáveis seleccionadas para o integrar permitem-nos ainda sublinhar que a discriminação provocada pela aplicação do índice foi efectuada de molde a operar divisões numa larga maioria de inquiridos situada nos níveis mais baixos de resposta positiva às variáveis seleccionadas. Por outras palavras, a avaliação reflectida no Gráfico 4 é feita «por baixo». Designadamente:

- o Grupo D, claramente maioritário no País e no Grande Porto, congrega os inquiridos cujo número de respostas positivas nas variáveis seleccionadas é praticamente nulo;
- por outro lado, as afinidades dos grupos intermédios, em termos de comportamento perante as variáveis seleccionadas, são sempre mais fortes com o Grupo imediatamente inferior.

Na leitura destes resultados deve ter-se em atenção que os valores do Índice são meramente indicativos. Têm uma função e validade essencialmente analítica e a sua adequação e ajustamento depende quer das perguntas contidas no Inquérito, quer da análise dos resultados alcançados nas variáveis, as quais foram seleccionadas a pensar especificamente na realidade portuguesa.

### 3. Perfis sociais e índice de conhecimento e informação sobre questões ambientais

Esta baixa prestação dos inquiridos relativamente a indicadores de informação e conhecimento sobre questões ambientais encontra-se obviamente relacionada com outras características gerais da sociedade portuguesa. Escolaridade e «literacia», grupos sociais, classes etárias, etc. serão certamente as primeiras variáveis a ser chamadas a campo.

No Gráfico 5, as classes etárias são distribuídas pelos Grupos do Índice e verifica-se que os mais jovens tendem claramente a integrar mais o Grupo A e os mais idosos o Grupo D. No que diz respeito à escolaridade (Gráfico 6), note-se como o Ensino Secundário estabelece em definitivo a demarcação/fronteira que separa o Grupo D dos restantes. Relativamente às categorias profissionais (Gráfico 7) são, como seria de esperar, as Profissões Técnicas e Intelectuais Intermédias e os Quadros Superiores os que mais tendem a integrar o Grupo A, enquanto no outro extremo predominam as Profissões Operárias e Artesanais e os Trabalhadores da Agricultura e Pesca.

Gráfico 5

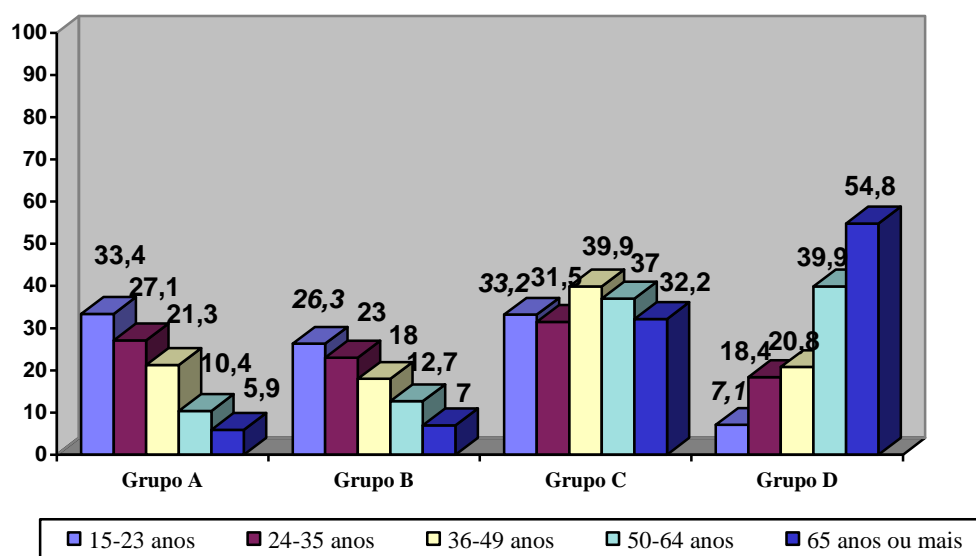


Gráfico 6

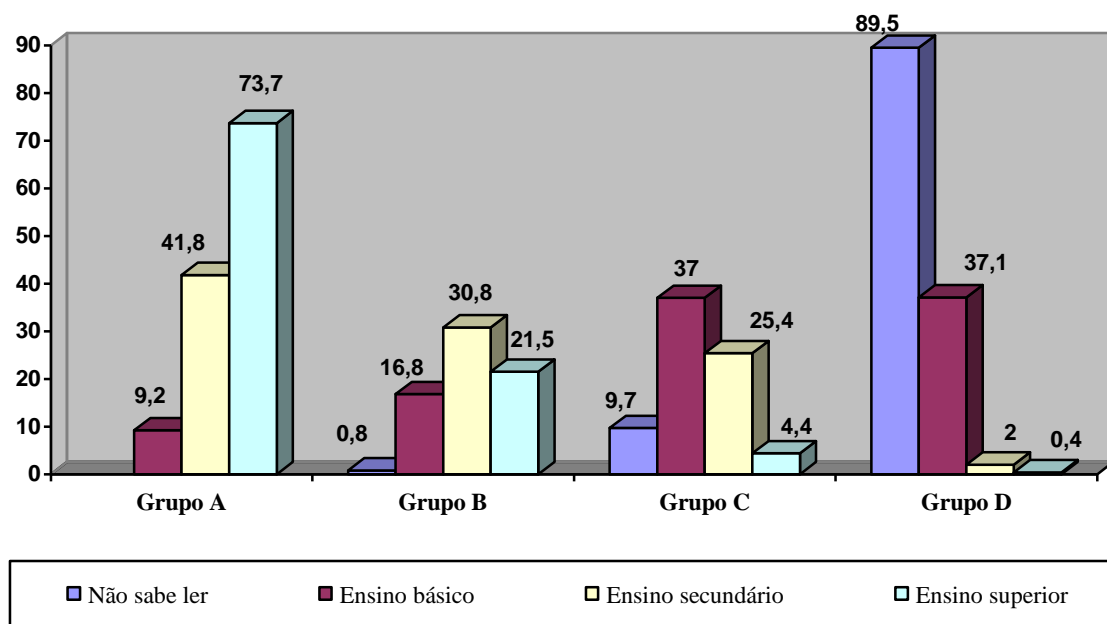
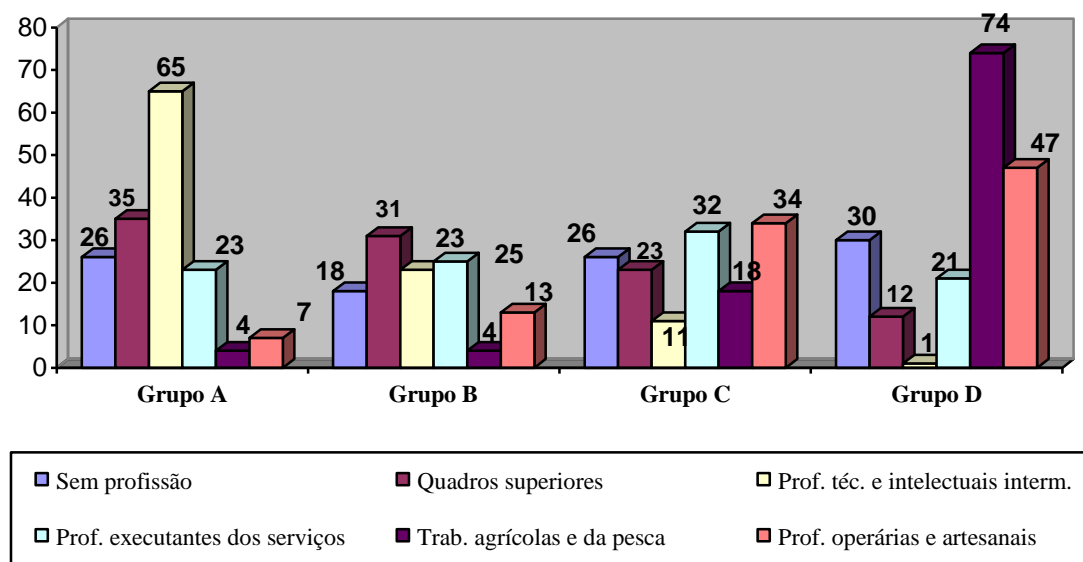


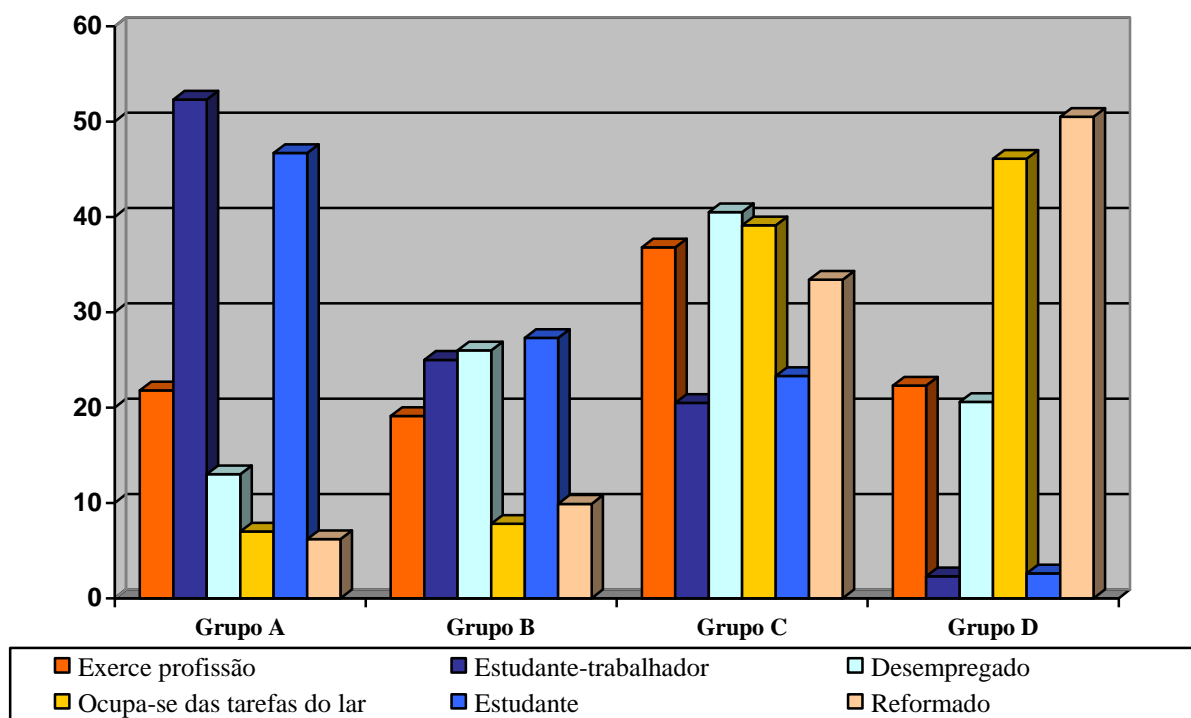
Gráfico 7



Em virtude da sua composição heterogénea – juntando Estudantes e Reformados com a categoria «ocupa-se das tarefas do lar» - a tendência dos «sem profissão» é melhor

avaliada no Gráfico 8, onde se retrata a distribuição das categorias de «condição perante o trabalho» pelos Grupos do Índice: enquanto os estudantes tendem a integrar os Grupos A e B, com particular relevo para o primeiro, os Reformados e a categoria «ocupa-se das tarefas domésticas» aumentam no sentido do Grupo D.

Gráfico 8



Uma primeira aproximação às características sociais mais relevantes dos inquiridos que se agregam em cada um dos Grupos do Índice de Informação e Conhecimento sobre Questões de Ambiente a partir das variáveis essenciais de caracterização social objectiva revela, assim, que:

- as camadas mais jovens; os inquiridos com Curso Superior ou, pelo menos, Ensino Secundário completo; e os Estudantes ou indivíduos que exercem Profissões Técnicas, Intelectuais e Intermédias, incluindo parte dos Quadros Superiores, tendem a integrar o Grupo ou Grupos de mais elevada informação e conhecimento sobre questões ambientais, em particular o Grupo A;

- no outro extremo, concentram-se as camadas etárias mais idosas; inquiridos com apenas o Ensino Básico completo ou menos que esse nível de escolaridade; os Reformados ou inquiridos «ocupando-se de tarefas do lar», quando «não exercem

profissão», ou as Profissões Operárias e Artesanais e os Trabalhadores da Agricultura e Pesca;

- nos níveis intermédios de informação e conhecimento de questões ambientais situam-se essencialmente as camadas etárias de «meia idade», indivíduos de escolaridade entre o nível do Ensino Secundário ou Básico, os Profissionais Executantes dos Serviços e uma parte dos Quadros Superiores.

Aos Grupos do Índice de Informação e Conhecimento sobre Questões de Ambiente associam-se também diferentes avaliações do «estado do ambiente» e diferente visibilidade dos problemas de ambiente, reflectida nomeadamente na preocupação declarada por determinadas problemas e não por outros. Por exemplo, o «estado do ambiente» na região de residência é sempre relativamente mais «preocupante» para os Grupos superiores do Índice do que para os Grupos inferiores. Contudo, no caso da GLPS e GP, confirmando-se embora esta tendência, pode dizer-se que a acentuação de problemas ambientais característica destas zonas parece não deixar indiferente nem mesmo os que sobre questões de ambiente revelam um índice de informação muito baixo ou praticamente nulo.

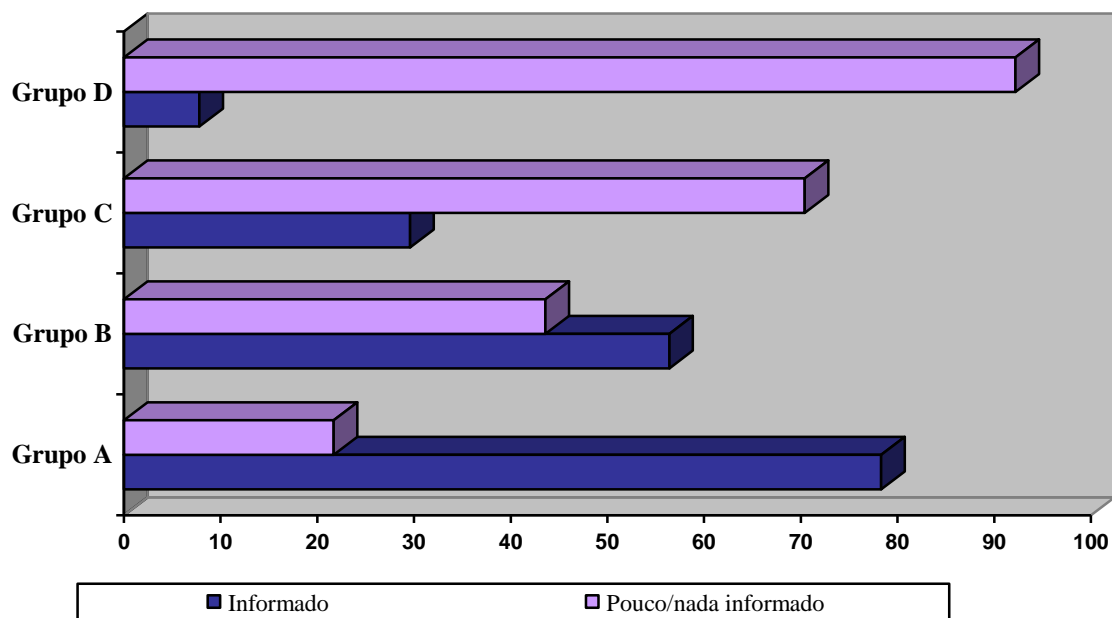
Além disso, confirmando-se embora um resultado recorrente em inquéritos sociológicos sobre questões ambientais em que a visibilidade da degradação do ambiente aumenta conforme se passa de uma avaliação dos problemas de ambiente ao nível local ou regional para outros âmbitos geográficos mais vastos, por exemplo o país, a Europa ou o Mundo, e constatando-se que maior «cultura ambiental» parece não influir nesta tendência, os Grupos de maior informação e conhecimento mostram-se sempre relativamente mais preocupados com o «estado do ambiente» qualquer que seja o âmbito geográfico.

Uma menor informação e conhecimento sobre problemas de ambiente parece conduzir ainda a salientar a importância do problema do «excesso de lixo e lixeiras», enquanto o «aumento geral da poluição» e a «degradação da paisagem e da natureza» tende a preocupar mais os «mais informados». De resto, são também estes os que mais se referem à falta planos e medidas concretas de acção visando a reciclagem e reutilização quando inquiridos sobre as causas principais para o problemas dos lixos/resíduos.

#### 4. Os portugueses e a informação ambiental

Relativamente à opinião ou imagem dos inquiridos sobre a informação e divulgação de temática ambiental a que lhes é dado ter acesso e como autoavaliam o seu grau de informação e conhecimento sobre questões de ambiente, começaremos por um primeiro e mais óbvio indicador de autoavaliação. Os resultados sintetizados no Gráfico 9 revelam-nos que os portugueses inquiridos se consideram maioritariamente «pouco/nada informados» sobre questões de ambiente (63,% na amostra do País, 61,6% na do GP e 55,2% na da GLPS) e manifestam com bastante nitidez a tendência para se julgarem «pouco/nada informados» quanto menor é o grau de informação e conhecimento sobre questões de ambiente que revelam.

Gráfico 9



Os que mais se julgam «bem informados» e se posicionam melhor perante o Índice são também os que mais procuram a informação escrita, isto é, «leem jornais» com alguma regularidade. Mas a consciência geral de um baixo nível de informação e conhecimento sobre questões de ambiente, em particular nos inquiridos do Grupo D do Índice, revela-se ainda e repetidamente noutros indicadores. Por exemplo, relativamente às razões de concordância, sendo o caso, com a ideia de que os países do Norte da Europa são os que mais respeito têm pelo ambiente, os resultados cruzados com os Grupos do

Índice de Informação e Conhecimento sobre Questões de Ambiente indicam como as duas razões mais citadas nas 3 amostras: «terem mais educação cívica» e «estarem mais informados». No entanto, os Grupos inferiores (C e D) do Índice tendem notoriamente a valorizar mais o «grau de informação». Estes resultados repetem-se ainda nas razões que os inquiridos encontram para o facto de «as pessoas em geral» não fazerem «mais pela protecção do Ambiente». Neste caso, a razão «não estarem suficientemente informadas» destaca-se de todas as outras e aparece especialmente valorizada pelos Grupos de menor informação e conhecimento do Índice. Por outro lado, convidados a optar entre uma lista de medidas possíveis «que o Governo pode tomar para resolver os problemas do ambiente no país», os inquiridos colocam o «apoio á educação ambiental» entre as acções ou medidas mais citadas, surgindo num segundo grupo «dar mais informação aos cidadãos». Diríamos, assim, que existe um forte reconhecimento por parte dos inquiridos menos «informados» sobre questões de ambiente do seu *handicap* nesta área.

No entanto, são os Grupos superiores do Índice os que mais classificam de «insuficiente» a quantidade de notícias e programas sobre ambiente na televisão. Deve notar-se, ainda assim, que uma larga maioria dos inquiridos - cerca de 65% na amostra do País, 64% na do GP e que sobe aos 82,1% na GLPS - a consideram «insuficiente», opinião que predomina, inclusivé, nos Grupos C e D do Índice.

Uma outra questão do Inquérito indagava sobre o grau de confiança depositado num conjunto de 15 entidades ou instituições reconhecidos como capazes de emitir informação sobre questões de ambiente. Embora a configuração destes resultados não seja exactamente a mesma para as três amostras, a amostra do Grande Porto revela a este respeito um resultado «padrão», dada a homogeneidade entre entidades com grau de confiança próximo. De facto, como se pode observar no Gráfico 10:

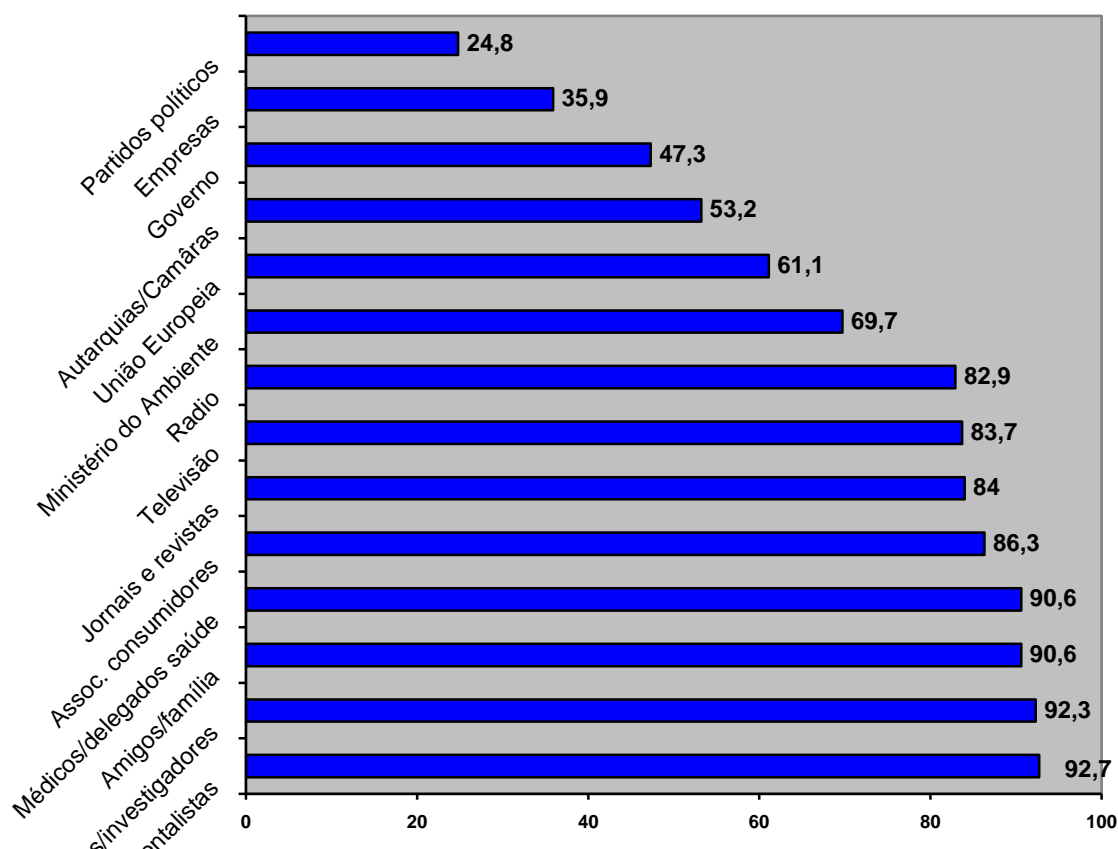
- num primeiro grupo de fontes de informação sobre questões de ambiente que recebem um grau de confiança «muito alto» - com valores que vão de 92,75% a 86,3% - os «amigos e família» aparecem integrados num conjunto de entidades que poderíamos classificar como «especialistas» independentes dos poderes político e/ou económico: as «associações de defesa do ambiente», «investigadores e especialistas», «médicos», «escolas» e «associações de consumidores»;

- a seguir, com valores ainda «altos» entre 84,% e 83%, vêm os *media*, isto é, «jornais e revistas», «televisão» e «rádio»;

- depois, com valores de confiança «média» - entre 69,7% e 47% - vêm os poderes públicos, com o Ministério do Ambiente, a União Europeia, «autarquias» e «governo»;

- finalmente, num escalão de «baixa» confiança vêm as «empresas» e os «partidos».

Gráfico 10



Em síntese:

- os portugueses inquiridos revelam ter consciência do seu baixo grau de informação e conhecimento sobre questões de ambiente referem com insistência a questão da «informação e conhecimento» como um grande *handicap*;

- parecem confiar mais em «fontes de informação» sobre questões de ambiente que reconhecem como «especializadas» e/ou independentes dos poderes político e económico;

- e parecem «exigir» dos poderes públicos e dos *media* «mais informação» e maior mobilização de esforços em torno da «educação ambiental».

## **5. Quotidiano e cultura ambiental: as práticas de defesa do ambiente dos portugueses**

Como dissemos no início, a noção de «cultura ambiental» aqui em causa remete não só para a internalização de um conjunto de informações e conhecimentos básicos sobre questões de ambiente mas também para a adopção ou predisposição para adoptar no quotidiano uma série de comportamentos ditos «amigos do ambiente» e que se traduzem em práticas simples e relativamente estabilizadas ou em vias de estabilização nas sociedades modernas. Notando-se neste campo um elevado grau de predisposição declarada de aderência, no entanto, não será essa a única, nem provavelmente a melhor, medida da «predisposição» efectiva dos cidadãos a mudar comportamentos quotidianos, pelo que incidimos uma atenção especial sobre as declarações de efectividade do exercício dessas práticas.

Designadamente inseriu-se uma bateria de 11 «acções», umas mais outras menos «exigentes» ou estabilizadas na sociedade portuguesa. Delas sobressai:

- um conjunto a que os inquiridos aderiram com mais intensidade - valores de «já fez» entre 73,9% e 59,5% - em que surgem «práticas» a que, para além da protecção do ambiente, podem associar-se também motivações de ordem económica;

- segue-se um grupo de práticas de «adesão média» - com valores percentuais entre 42,0% e 27,6% na amostra do País - que incluem, por exemplo, «preferir produtos com embalagens reutilizáveis», «utilizar detergentes biodegradáveis», «separar vidro, papel, plástico, pilhas para reciclar» e «utilizar papel reciclado», isto é, «práticas» onde as motivações de ordem económica são inexistentes ou menos evidentes;

- finalmente, aparecem as práticas com níveis de adesão «muito baixos» em virtude do baixo grau da sua vulgarização no nosso país, mas ainda assim com adesão mais elevada por parte dos Grupos superiores do Índice.

Note-se como, no caso das práticas de maior adesão, não existem sequer diferenças acentuadas nos níveis de adesão dos diferentes Grupos do Índice. No entanto, os níveis de adesão decrescem claramente nos Grupos inferiores do Índice em comparação com os superiores quando a motivação económica desaparece em favor da pura motivação ambiental.

Nas acções «para proteger o Ambiente» que revelam mais generalizada adesão, inclusivé do Grupo de menor ou «nula» informação e conhecimento sobre questões de ambiente, predominam, portanto, «práticas» ou comportamentos a que estão associadas motivações de natureza económica. Uma das mais correntes é, por exemplo, a «poupança de água», em relação à qual os Grupos do Índice com menor informação e conhecimento sobre questões de ambiente são os que mais declaram optar pela motivação económica traduzida na expressão «poupar dinheiro».

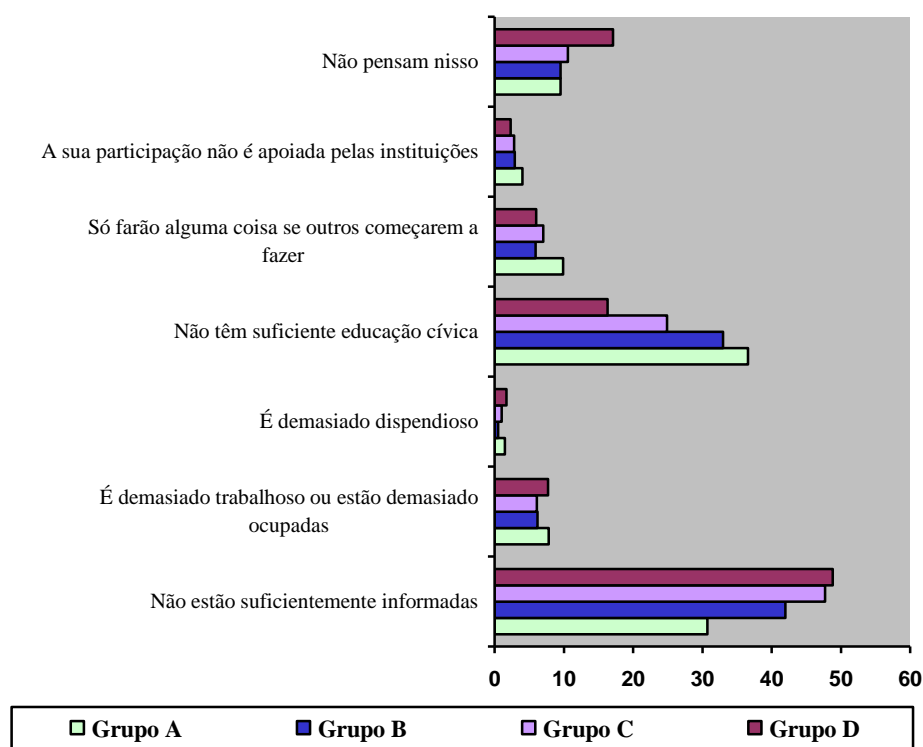
Existem ainda «práticas» ou acções visando a protecção contra riscos ambientais que afectam a saúde e que começam a ser recorrentes na sociedade portuguesa. Quase todas as práticas deste tipo apresentadas em lista aos inquiridos parecem ter-se tornado relativamente habituais, com níveis de adesão elevados no País, não se verificando aí diferenças muito pronunciadas nos níveis de adesão dos diferentes Grupos do Índice. Por regra, no entanto, à medida que desce o nível geral de adesão acentua-se as diferenças de adesão entre o Grupo A e o Grupo D.

Outras práticas de defesa do ambiente exigem não só a iniciativa dos cidadãos individualmente, mas também o esforço organizativo e investimento por parte da administração, quer a nível central, quer local. Por exemplo, a recolha selectiva de resíduos sólidos com fins de reciclagem ou tratamento diferenciado. É sabido que a acessibilidade ou existência deste tipo de recolha de resíduos sólidos é extremamente variável por região ou conselho de residência. Os números relativos à existência de condições operacionais para a recolha selectiva de resíduos na vizinhança dos inquiridos evidenciam que, com excepção do caso dos «vidrões», não se poderá de momento exigir muito dos portugueses individualmente em termos de participação na recolha selectiva de resíduos sólidos.

Ainda assim, para o caso dos «vidrões», que é o sistema mais expandido e há mais tempo introduzido no país, as 3 amostras evidenciam que a regularidade da sua utilização, dependendo embora da sua acessibilidade, se acentua nos Grupos com maior grau de informação e conhecimento de questões de ambiente, mostrando bem que o «fazer» e o «saber porquê ou para quê» vão, com grande probabilidade, associados.

De resto, é curioso verificar os resultados da resposta à questão «Porque é que as pessoas em geral não fazem mais pela protecção do ambiente (ver Gráfico 11), onde sobressai, com relevo especial para os Grupos inferiores do Índice, a razão «não estão suficientemente informadas». Por outro lado, no que diz respeito à importância comparativa atribuída a critérios ambientais no consumo - por exemplo, «rótulo ecológico» que na amostra do País atinge 79,1% de respostas nas categorias agregadas de «importante/muito importante» ou aceitar pagar um preço mais alto por produtos «que não fazem mal ao ambiente» (87,5% na amostra do País) - essa predisposição diminui de forma muito significativa no Grupo D do Índice.

Gráfico 11



Concluiríamos assim, que embora se venham vulgarizando entre os portugueses práticas quotidianas que contribuem para a protecção do ambiente, algumas revelando mesmo massiva predisposição de aderência, o facto é que, sempre que não estão em causa motivações de carácter «defensivo» relacionadas com a saúde ou os orçamentos familiares, mas apenas a pura adesão a motivações de «defesa ambiental», são de facto os inquiridos que integram o(s) Grupo(s) de maior Informação e Conhecimento sobre Questões de Ambiente que mais facilmente aderem a essas «práticas», introduzindo-as de forma regular no seu quotidiano.

Fica assim a imagem de que a «cultura ambiental» dos portugueses inquiridos, sendo genericamente baixa quando reflectida nas duas dimensões, faz corresponder a um maior índice de informação e conhecimento sobre questões de ambiente, uma maior valorização de critérios ambientais nas escolhas de consumo e uma maior atenção a pequenos comportamentos quotidianos de respeito pelo ambiente.

Finalmente, o facto de a «cultura ambiental» revelada pelos inquiridos ter uma relação muito estreita com outras características estruturais da população portuguesa, de que a «literacia» merece talvez um sublinhado especial, é revelador do investimento e

esforço que em termos de divulgação e educação ambiental a sociedade portuguesa parece carecer.

## SENSIBILIDADE, CIDADANIA E RESPONSABILIZAÇÃO

### 1. Introdução

Ao perceber o posicionamento dos Portugueses relativamente aos problemas ambientais, pretendeu-se verificar os modos e condições da participação pública nas políticas ambientais, seja através da adesão às políticas que envolvem uma responsabilização individual e cívica, como é o caso das políticas de recolha selectiva de resíduos, seja pela participação efectiva nos processos de decisão.

Apresentaremos primeiro alguns resultados simples, mas significativos, das respostas ao inquérito. Em seguida, apresentaremos os resultados da aplicação de um índice de activismo ambiental, construído a partir dos diferentes tipos de participação assumidos pelos inquiridos.

### 2. O movimento ambientalista e a cidadania ambiental

O nível geral de participação dos portugueses em movimentos sociais é bastante baixo, conforme o comprovam as frequências das respostas ao tipo de posicionamento face a diferentes organizações, classificadas pelo objectivo da sua actuação. (vide quadro 1)

A primeira grande conclusão a retirar do quadro de frequências **exposto é o grande capital de simpatia de todas estas organizações**, e o aspecto residual dos sentimentos de antipatia. No entanto, essa simpatia não se revela através dos diferentes modos de participação, sobretudo nos mais “activos”, i.e. aqueles que implicam uma iniciativa e disponibilidade maior. Assim, mesmo para os problemas considerados mais prementes pelos portugueses, como é o caso da droga ou a saúde, a participação tende a ser apenas efectuada pelo contributo monetário. O ambiente revela-se uma das áreas onde os modos de participação “activa” como a participação em manifestações ou reuniões assume maior importância.

O auto-posicionamento dos inquiridos na sua relação com as organizações ambientalistas confirma esta tendência: **se estas organizações atingem níveis realmente**

**elevados de simpatia, o mesmo não sucede com os níveis de activismo.** (figura 1) Já quanto ao conhecimento dos portugueses sobre as organizações ambientalistas, dois terços já ouviram falar destas organizações e sabem referenciá-las.(vide figura 2) Das 3300 respostas, a Quercus é a organização mais citada com 23%, Greenpeace e PEV partilham o segundo lugar com 15%, seguindo-se outras organizações nacionais e internacionais. (vide figura 3)

### 3. Práticas ambientais

O inquérito inclui também um grupo específico de perguntas sobre acções individuais que, pela sua natureza ou objectivo, protegem o ambiente. Assim, foi perguntado aos portugueses se já fizeram ou se estariam dispostos a realizar vários tipos de acções com o objectivo de proteger o Ambiente. Mais uma vez, **os portugueses demonstram um nível relativamente baixo de práticas já realizadas, mas manifestam igualmente uma grande disponibilidade para futuramente adoptá-las.** A excepção a esta tendência são actividades que resultam dos hábitos de economização como é o caso da poupança de água, ou acções já conotadas como normais – separação do lixo e utilização de papel reciclado. Um factor ressalta também dos resultados, nomeadamente, a importância relativa atribuída ao automóvel.(vide figura 4).

Em relação à utilização de equipamentos de recolha selectiva de resíduos, nota-se já uma elevada difusão da utilização rotineira do vidro, mas um desconhecimento de outras estruturas de recolha selectiva. Por sua vez, a utilização sistemática ou regular dos vidros coincide em grande medida com a noção de proximidade dos equipamentos (vide figura 5).

### 4. Activismo ambiental

Por forma a melhor caracterizar a influência de diversos factores no activismo ambiental, procedeu-se à constituição de tipologias com base nas respostas ao tipo de acções já empreendidas na área do ambiente. Foram assim definidos quatro tipos de inquiridos: os “activistas”, os “participantes não-activos”, os “simpatizantes” e os “não-ambientalistas”.

Fica aqui a caracterização sumária dos vários grupos identificados, bem como a sua distribuição pela amostra (vide figura 6)

### **Activistas**

- são tanto homens como mulheres;
- são maioritariamente jovens dos 15 aos 23 anos;
- são sobretudo estudantes e profissionais;
- vivem maioritariamente em moradias e vivendas;
- concentram-se no ensino superior e ensino secundário;
- auferem rendimentos sobretudo do trabalho ou estão a cargo da família;
- constituem a maioria clara dos quadros superiores e das profissões técnicas, intelectuais e intermédias;
- na distribuição das posições políticas entre esquerda, direita e centro, seguem a distribuição geral do conjunto da amostra;
- Os apoiantes dos movimentos ambientalistas tendem a apresentar uma forma de estar na vida socio-centrada. Simultaneamente, estão também sobre-representados nas categorias que projectam a sua actividade no futuro.

### **Participantes não activos**

- estão distribuídos ao longo de todos os grupos etários, com um ligeiro aumento na classe etária dos mais jovens - 15 a 23 anos;
- vivem maioritariamente em moradias ou vivendas, embora a proporção seja menor do que no primeiro grupo;
- são sobretudo profissionais;
- tal como no primeiro grupo, são também maioritariamente sociocentrados; no entanto, não são animados do mesmo espírito de construção do futuro;
- são sobretudo indivíduos com o ensino básico completo;

### **Simpatizantes**

- são tanto homens como mulheres;
- pertencem maioritariamente aos grupos etários mais altos - acima dos 50 anos;
- são profissionais e reformados, na sua maioria;

- constituem a maioria dos habitantes de alojamentos precários;
- constituem a maioria dos indivíduos autocentrados no quotidiano;
- têm maioritariamente o ensino básico, e constituem mesmo o grupo mais representado nesse nível de ensino;

### **Não-ambientalistas**

- têm mais de 50 anos;
- vivem maioritariamente em moradias ou vivendas;
- neste grupo encontram-se a maior percentagem de reformados e domésticas.
- não se conseguem posicionar em relação à pergunta sobre a forma de estar na vida;
- têm sobretudo o ensino básico; estão claramente sub-representados no nível de ensino superior;

Coincidindo com os resultados de questionários semelhantes, como é o caso do inquérito Gallup “Health of the Planet”, verifica-se um pessimismo crescente na *avaliação do estado do ambiente*, à medida que aumenta a escala geográfica para que remete essa avaliação. Esta preocupação atinge, para os *activistas*, os 99,2% na referência ao mundo, mas cifra-se, para esse mesmo grupo, em apenas 59,6% na região (figura 7)

Por outro lado, o grau de activismo explica também essa preocupação: quanto maior o activismo, maior a preocupação com o estado do ambiente em todas as escalas.

As tendências encontradas na análise dos resultados da aplicação das tipologias de activismo reflectem e reforçam as conclusões referidas aquando da análise geral da amostra. Os portugueses mais activos na área ambiental são tendencialmente os mais jovens, em idade escolar, os mais escolarizados e os quadros superiores e técnicos. O seu projecto de vida é maioritariamente socio-centrado e orientado para o futuro. Por oposição, os simpatizantes e não-ambientalistas encontram-se em maior número nas classes etárias mais altas, entre a população não-activa e menos escolarizada. É uma característica dominante a dificuldade em se identificarem com um projecto de vida. Constituem o grupo maioritário de não-respostas denotando uma fraca mobilização cognitiva.

Os activistas, embora não se distinguindo no seu pessimismo dos outros grupos, são mais propensos a valorizar a participação pública na decisão (figura 8). A maior mobilização cognitiva dos activistas não justifica uma representação fatalista da evolução dos problemas ambientais (figura 9).

Os grupos também se distinguem na operacionalização das práticas. No entanto, é de notar as respostas sobre algumas práticas, como as disposições a separar e reciclar lixo, onde a distinção entre activistas e não-activistas é menor, mas em que os não-ambientalistas não as efectuam. Podemos estar em presença de um efeito do peso da normatividade social associada a estas práticas.

## **5. Responsabilização**

Por forma a estudar a atribuição de responsabilidades pelos problemas ambientais, constituímos um índice de orientação ambiental, como componente da sua sensibilidade aos problemas ambientais. O cruzamento desse índice com as perguntas mais directamente relevantes na compreensão do fenómeno da responsabilização permite ensaiar algumas interpretações.

Assiste-se a duas tendências fortes: a remissão da responsabilidade pelos problemas ambientais para a população em geral, por um lado, e a atribuição de responsabilidades ao conjunto Estado e empresas, por outro.

O posicionamento em relação ao papel do Estado, tanto no campo de actuação nas políticas económicas como, mais concretamente, no campo das políticas ambientais, não distingue os grupos de orientação ambiental. Nota-se, no entanto, uma preocupação maior, no grupo de orientação ambiental alta com a função pedagógica e penalizadora do Estado, que estimam pouco eficaz.

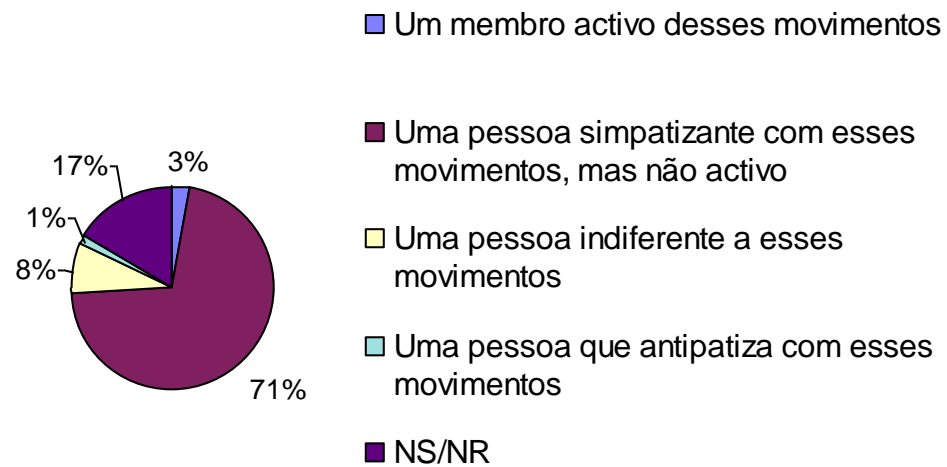
Por outro lado, constata-se que a importância da defesa do ambiente como objectivo político cresce à medida do aumento da participação; e que os menos participativos manifestam estarem menos informados tendendo a perceber (a escudarem-se?) igualmente na suposta ausência de sensibilidade, em seu redor, à questão do ambiente.

Finalmente, o activismo é particularmente relevante nas atitudes que se pensam ser explicativas da não-participação dos outros. No conjunto dos quatro grupos delineados, são os activistas quem mais entende ser a razão da não-participação fundada numa falta de responsabilidade (“só fazem se os outros fizerem”). No entanto, a principal motivação

da não-participação é, para todos os grupos, a falta de informação e educação sobre o tema ambiental (vide figura 10).

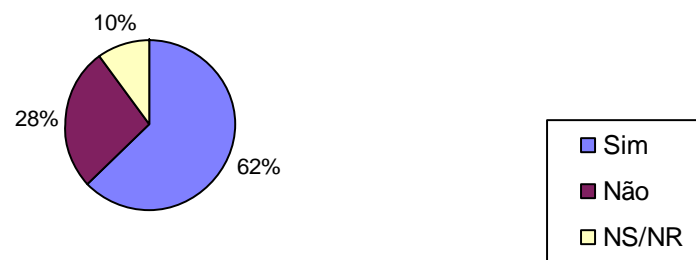
# ANEXOS

**Figura 1**



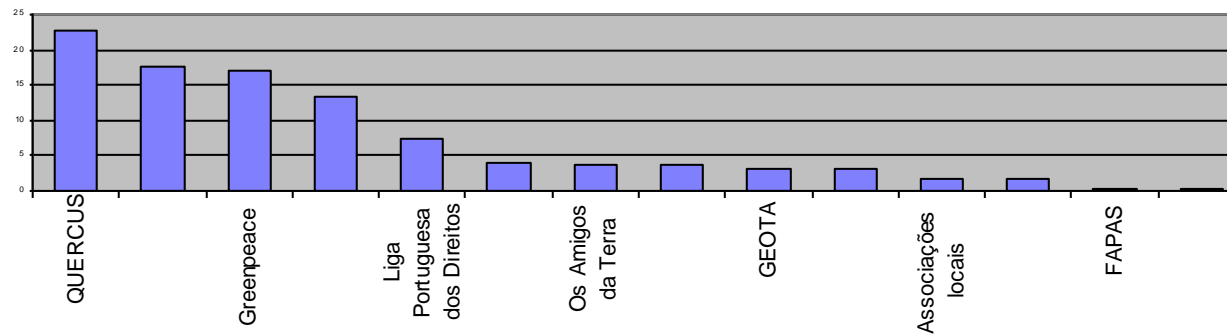
**Figura 2**

*Conhecimento das associações ambientalistas*

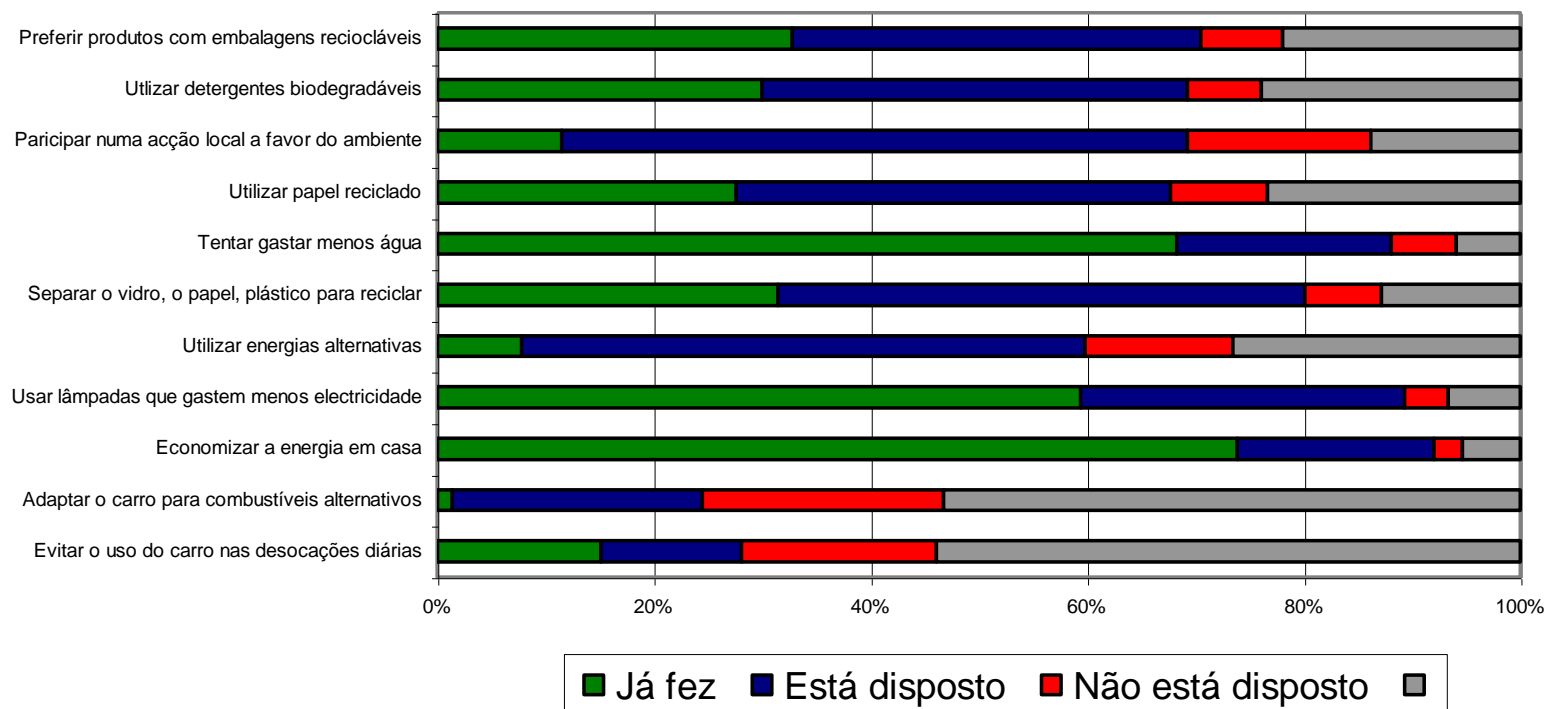


**Figura 3**

*Conhecimento de associações ambientalistas*

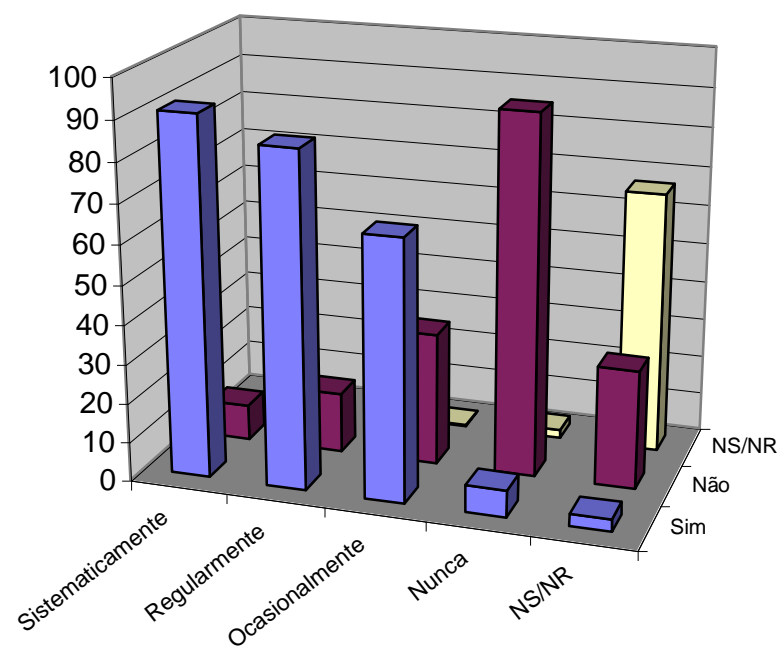


**Figura 4**  
*Práticas ambientais*

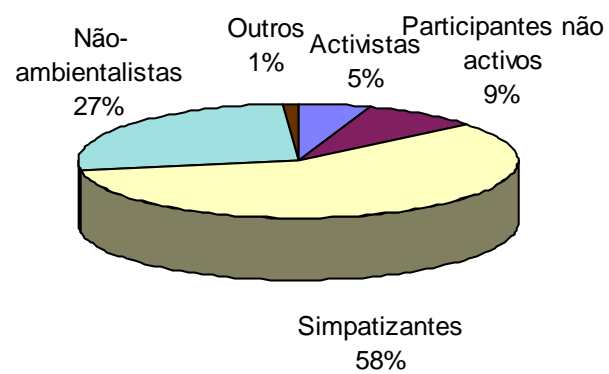


**Figura 5**

*Proximidade dos vidrões e frequência de utilização*

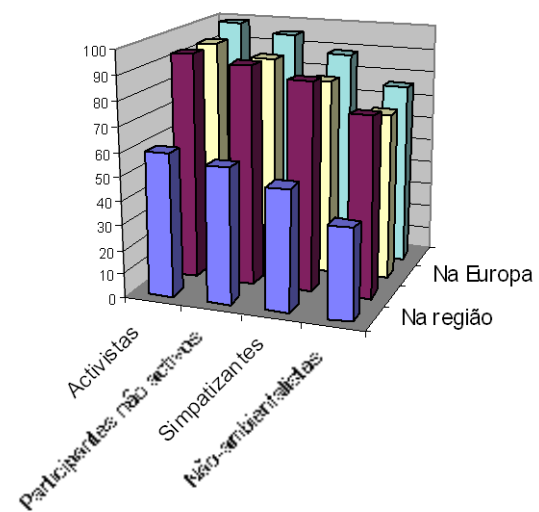


**Figura 6**  
*Activismo*



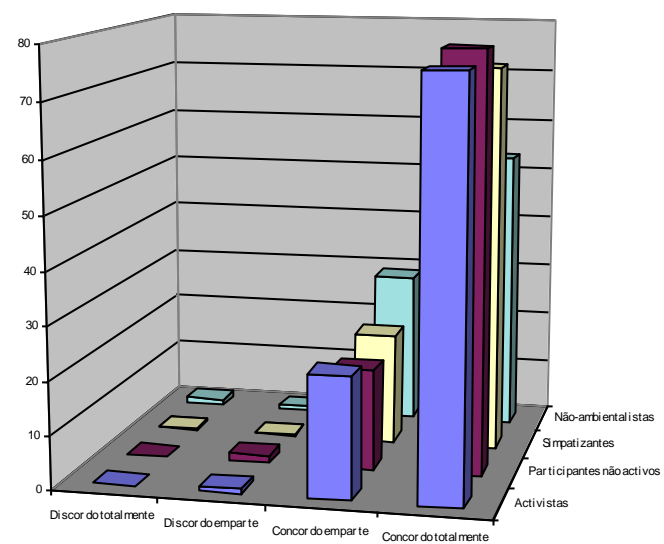
**Figura 7**

*Avaliação do estado do Ambiente (preocupante e muito preocupante)*



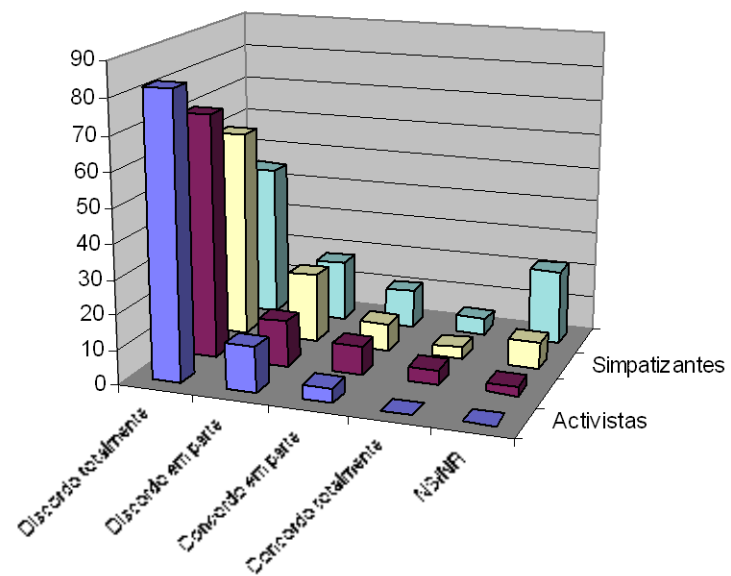
**Figura 8**

*Crença sobre a necessidade de participação pública*



**Figura 9**

*Pessimismo relativo à eficácia da acção*



**Figura 10**

*Razões para a não-participação*

